

Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e disponibilizada na sua página electrónica. Os candidatos aprovados em cada método são convocados para a realização do método seguinte através de notificação, por uma das formas previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* ou *d)* do n.º 3, do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

19 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

20 — Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação em DR, na página electrónica da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

21 — Os termos da alínea *t)*, do n.º 3, do artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos têm acesso às actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que as solicitem.

28 de Agosto de 2009. — O Presidente da Câmara, *Vitor Miguel Martins Arnaut Pombeiro*.

302471775

## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

### Aviso n.º 19670/2009

#### Projecto de Regulamento de Taxas do Município de Vila Nova de Gaia

Torna-se público que, em conformidade com o disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, se encontra em apreciação pública pelo prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*, o Projecto do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Vila Nova de Gaia, aprovado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 08.10.2009, ao abrigo do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

As sugestões e pareceres deverão ser enviados no período acima indicado em carta dirigida ao Grupo de Trabalho dos Regulamentos Municipais — Direcção Municipal de Assuntos Jurídicos — Apartado 239, 4431-903 Vila Nova de Gaia.

20 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Menezes*.

#### Nota justificativa

A evolução recente em matéria de atribuições municipais, com a assunção sistemática de novas competências, tem vindo a exigir uma capacidade crescente de gerar receitas próprias por parte dos municípios, assumindo especial relevância as provenientes da cobrança de taxas, previstas como fonte de financiamento das actividades municipais na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

O Município de Vila Nova de Gaia dispõe de um Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, o qual tem vindo a estabelecer as taxas e outras receitas do Município, nos termos da lei, fixando os seus quantitativos, bem como a liquidação, cobrança e pagamento.

Porém, com a publicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais foram objecto de uma importante alteração, impondo-se, nos termos do seu artigo 17.º, a adequação dos regulamentos municipais em vigor àquele novo regime jurídico das taxas das autarquias locais, regime esse que vem consagrar diversos princípios que constituem, na senda da doutrina e jurisprudência, a estrutura matricial de qualquer relação jurídico-tributária.

Tendo como premissas o custo da actividade pública local e o benefício auferido pelo particular, o valor das taxas municipais deve ser fixado segundo o princípio da proporcionalidade.

Em face do que fica enunciado, urge adequar o principal normativo municipal respeitante às taxas municipais ao novo regime jurídico-legal decorrente da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

## Preâmbulo

O presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Vila Nova de Gaia pretende dar cumprimento às exigências criadas pelo novo regime financeiro das autarquias locais fixado pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e pelo novo regime das taxas das autarquias locais fixado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, assegurando o respeito pelos princípios fundamentais orientadores nela elencados, com destaque para a expressa consagração das bases de incidência objectiva e subjectiva, do valor das taxas e métodos de cálculo aplicáveis, da fundamentação económico-financeira dos tributos, das isenções e respectiva fundamentação, dos meios de pagamento e demais formas de extinção da prestação tributária, do pagamento em prestações, bem como da liquidação e, ainda, das garantias dos sujeitos passivos.

Sistematicamente, manteve-se a estrutura formal desde sempre adoptada pela Autarquia, ou seja: um Regulamento e respectiva Tabela de Taxas e Outras Receitas que dele faz parte integrante e introduz-se um novo anexo que apresenta a Fundamentação Económico-Financeira das respectivas taxas.

No plano financeiro, e de acordo com a regra prevista na alínea *c)* do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, em regra, o valor das taxas constantes no presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Vila Nova de Gaia foi apurado com base nos custos médios directos e indirectos, ficando excluídas da aplicação estrita deste critério, se bem que tenha ficado acautelado o princípio da proporcionalidade, as taxas de desincentivo, cujo valor é fixado com vista a desencorajar certos actos ou operações, bem como as taxas sobre actividades de impacto ambiental negativo, cujo valor é estabelecido para ressarcir a comunidade dos danos ambientais, reais ou potenciais, decorrentes do exercício de actividades que representem um risco para os bens jurídicos previstos em legislação específica, e as taxas obtidas pelo critério do benefício auferido pelo particular com o licenciamento ou autorização, concretizável, como é sabido, no acréscimo patrimonial decorrente da remoção de um obstáculo jurídico ou a utilização de um bem público.

O Regulamento, a Fundamentação Económico-Financeira e a Tabela de Taxas e Outras Receitas em anexo, têm como diplomas e normas habilitantes o artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, o n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro (Lei das Taxas das Autarquias Locais), as alíneas *a)*, *e)* e *h)* do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea *j)* do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os artigos 10.º, 11.º, 12.º, 15.º, 16.º, 55.º e 56.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), o Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, revisto e republicado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2002, de 7 de Janeiro, pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio, pelo Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de Outubro, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 160/2003, de 7 de Julho, pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro Lei n.º 19/2008, de 21 de Abril (Lei Geral Tributária) e o Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, revisto e republicado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro e Lei n.º 67-A/2007, de 31/12 e Decreto-Lei n.º 34/2008 de 26 de Fevereiro (Código de Procedimento e de Processo Tributário).

Em cumprimento do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, o presente projecto será publicado no *Diário da República*, 2.ª série, com o objectivo de ser posto à discussão pública, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões dos interessados.

Findo o prazo de consulta supra mencionado serão apreciadas as sugestões apresentadas tendo em vista a sua ponderação na redacção final do presente regulamento.

## TÍTULO I

### Parte geral

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais e princípios orientadores

#### Artigo 1.º

#### Lei habilitante

O presente Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas do Município de Vila Nova de Gaia, e respectivos anexos, que dele fazem parte integrante, é elaborado ao abrigo e nos termos do disposto do n.º 8 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portu-

guesa, do n.º 1 do artigo 8.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, dos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, da lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 388/98, de 17 de Dezembro, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, da alínea *j*) do n.º 1, da alínea *a*) do n.º 7, ambos do artigo 64.º e das alíneas *a*) e *e*) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

#### Artigo 2.º

##### Objecto e âmbito

O presente Regulamento estabelece as taxas municipais, nos termos da lei, fixando a sua incidência, isenções, quantitativos, fundamentação económico-financeira, bem como as disposições respeitantes à liquidação, cobrança e pagamento, a aplicar em toda a área do Município de Vila Nova de Gaia, no âmbito das suas atribuições e competências.

#### Artigo 3.º

##### Das taxas

1 — As taxas do Município de Vila Nova de Gaia são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público, na utilização privada de bens do domínio público e privado da autarquia ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, no âmbito das atribuições do Município, nos termos da lei.

2 — A concreta previsão das taxas municipais devidas ao Município de Vila Nova de Gaia, com fixação dos respectivos quantitativos, consta da Tabela, a qual faz parte do presente Regulamento como Anexo II e que dele é parte integrante, respeita o princípio da prossecução do interesse público local e visa a satisfação das necessidades financeiras do Município e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

#### Artigo 4.º

##### Da fixação do valor e fundamentação económico-financeira das taxas

1 — O valor das taxas constantes na Tabela Anexa ao presente Regulamento, atento ao princípio da proporcionalidade, é fixado segundo os seguintes critérios:

- a*) Custo da actividade pública local;
- b*) Benefício auferido pelo particular;
- c*) Desincentivo à prática de certos actos ou operações.

2 — Os proveitos obtidos das taxas constantes na Tabela Anexa ao presente Regulamento servem para cobrir os custos operacionais da actividade pública prestada, designadamente os custos directos e indirectos, bem como para futuros investimentos a realizar pela autarquia local.

3 — O custo da actividade pública local, previsto na alínea *a*) do n.º 1 do presente artigo, é obtido pela aplicação de fórmulas diversas, com factores de ponderação que englobam, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros e amortizações.

4 — A fundamentação económico-financeira do valor das taxas, de acordo com o artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, consta do Anexo I ao presente Regulamento, dele fazendo parte integrante.

#### Artigo 5.º

##### Incidência objectiva

1 — As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do município, designadamente:

- a*) Pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- b*) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c*) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d*) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- e*) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- f*) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil;
- g*) Pelas actividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- h*) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- i*) Pelas actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

#### Artigo 6.º

##### Incidência subjectiva

1 — O sujeito activo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas municipais previstas no presente Regulamento é o Município de Vila Nova de Gaia, titular do direito de exigir aquela prestação.

2 — O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos municipais em vigor, está vinculado ao cumprimento da prestação tributária.

3 — Estão sujeitos ao pagamento de taxas municipais o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, com excepção do previsto nos artigos 15.º e 16.º do presente Regulamento.

#### Artigo 7.º

##### Actualização das taxas

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do presente artigo, os valores previstos na Tabela Anexa são actualizados em sede de Orçamento Anual do Município, por aplicação do Índice de Preços do Consumidor, sem habitação.

2 — Os serviços municipais da área financeira procedem à respectiva actualização no final de cada ano e dela dá conhecimento à Câmara Municipal.

3 — Sempre que a Câmara Municipal ache justificável pode propor à Assembleia Municipal uma actualização extraordinária e ou alteração total ou parcial da Tabela Anexa, acompanhada da respectiva fundamentação económico-financeira subjacente aos novos valores.

4 — Os valores resultantes das actualizações referidas nos números anteriores são afixados nos lugares públicos de estilo, através de edital, para vigorarem no ano seguinte.

5 — Os valores obtidos são arredondados para o cêntimo mais próximo por excesso se o terceiro algarismo depois da vírgula for igual ou superior a 5 e por defeito se inferior.

6 — Exceptuam-se do disposto nos números anteriores as taxas municipais previstas na Tabela Anexa que resultem de quantitativos fixados por disposição legal.

## CAPÍTULO II

### Liquidação das taxas

#### Artigo 8.º

##### Liquidação

1 — A liquidação das taxas municipais previstas na Tabela Anexa consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados.

2 — Àqueles valores acresce, quando devido, ainda o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), à taxa legal, com excepção dos valores relativos a estacionamento, os quais já têm o IVA incluído.

3 — Aos valores de todas as licenças emitidas acresce o imposto de selo devido nos termos da legislação em vigor.

#### Artigo 9.º

##### Procedimento da liquidação

1 — A liquidação consta de documento próprio, designado por nota de liquidação, que faz parte integrante do respectivo processo administrativo ou, não sendo precedida de um processo, é feita no respectivo documento de cobrança.

2 — Os serviços que procedem à liquidação devem fazer referência, na nota de liquidação/documento de cobrança, aos seguintes elementos:

- a*) Identificação do sujeito activo;
- b*) Identificação do sujeito passivo;
- c*) Discriminação do acto, facto ou contrato sujeito a liquidação;
- d*) Enquadramento na Tabela de Taxas;
- e*) Cálculo do montante a pagar, em função dos elementos indicados nas alíneas *c*) e *d*).

3 — Com a liquidação das taxas municipais, o Município assegura também a liquidação e cobrança de impostos devidos ao Estado, nomeadamente o imposto de selo e IVA, resultantes de imposição legal.

## Artigo 10.º

**Revisão do acto de liquidação**

1 — Verificando-se que na liquidação das taxas municipais se cometeram erros ou omissões imputáveis aos serviços e dos quais tenha resultado prejuízo para o Município, promove-se, de imediato, a liquidação adicional se, sobre o facto tributário, não houver decorrido o prazo prescricional.

2 — O Município notifica o sujeito passivo, por mandado ou carta registada com aviso de recepção, dos fundamentos da liquidação adicional e da diferença, a pagar no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se proceder à cobrança através de processo de execução fiscal.

3 — Quando o quantitativo resultante da liquidação adicional for igual ou inferior a 2,50 euros não há lugar à respectiva cobrança.

4 — Quando haja sido liquidada quantia superior à devida, e não tenha decorrido o prazo prescricional sobre o pagamento, devem os serviços promover, oficiosamente e de imediato, nos termos da legislação aplicável, a restituição ao interessado da importância indevidamente paga.

## Artigo 11.º

**Notificação da liquidação**

1 — A liquidação é notificada ao interessado por carta registada com aviso de recepção.

2 — Nos casos em que não é legalmente exigível a notificação por carta registada com aviso de recepção e, ainda, quando se trata da renovação de licenças ou autorizações previstos no presente Regulamento, as notificações são notificadas por carta registada simples.

3 — Da liquidação deve constar, além do montante a pagar, acrescido dos valores das taxas que são devidas, a decisão, os seus fundamentos de facto e de direito, o autor do acto e se o fez no uso de delegação ou subdelegação de competências, bem como o prazo de pagamento voluntário.

4 — A notificação considera-se efectuada na data em que é assinado o aviso de recepção e tem-se por efectuada na própria pessoa do notificado, mesmo quando o aviso de recepção haja sido assinado por terceiro no domicílio do requerente, presumindo-se neste caso que a carta foi oportunamente entregue ao destinatário.

5 — No caso do aviso de recepção ser devolvido pelo facto de o destinatário se ter recusado a recebê-lo ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais e não se comprovar que entretanto o requerente comunicou a alteração do seu domicílio fiscal, a notificação é efectuada nos 15 dias seguintes à devolução, por nova carta registada com aviso de recepção, presumindo-se feita a notificação se a carta não tiver sido recebida ou levantada, sem prejuízo de o notificando poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.

6 — As notificações por carta registada simples presumem-se feitas no 3.º dia posterior ao do registo ou no 1.º dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil.

7 — As notificações referidas no número anterior podem ser efectuadas, por telefax ou via Internet, desde que seja possível confirmar posteriormente o conteúdo da mensagem e o momento em que foi enviada.

8 — Quando a notificação for efectuada nos termos do número anterior, presume-se que foi feita na data de emissão, servindo de prova, se incluído no processo, a cópia do aviso donde conste a menção de que a mensagem foi enviada com sucesso, bem como a data,

hora e número de telefax do receptor ou o extracto da mensagem efectuado pelo funcionário.

9 — As notificações aos interessados que tenham constituído mandatário serão feitas na pessoa deste e no seu escritório por carta ou aviso registados.

10 — No caso previsto no número anterior, e sempre que a notificação tenha em vista a prática pelo interessado de acto pessoal, além da notificação ao mandatário, será enviada carta para o domicílio do próprio interessado, indicando a data, o local e o motivo da comparência.

## Artigo 12.º

**Autoliquidação**

1 — Sempre que a lei ou regulamento preveja a autoliquidação das taxas e outras receitas, deve o requerente promover a mesma e o respectivo pagamento.

2 — O requerente, aquando do seu requerimento ou do início da actividade sujeita a pagamento da taxa ou receita, deve remeter ao Município cópia do pagamento efectuado nos termos do número anterior.

3 — Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é inferior ao valor efectivamente devido, o requerente é notificado do valor correcto a pagar assim como do prazo para efectuar o respectivo pagamento.

4 — Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é superior ao valor efectivamente devido, o requerente é notificado do valor correcto a pagar, sendo-lhe restituído o montante pago em excesso.

## CAPÍTULO III

**Das isenções e dispensas de pagamento**

## SECÇÃO I

**Princípios gerais**

## Artigo 13.º

**Fundamentação**

As isenções e dispensas de pagamento das taxas municipais previstas no presente Regulamento e Tabela Anexa resultam da ponderação de um conjunto de factores, mormente a manifesta relevância da actividade desenvolvida pelos respectivos sujeitos passivos, o fomento de iniciativas que o Município visa promover e apoiar no âmbito das suas atribuições e a protecção dos estratos sociais mais desfavorecidos.

## Artigo 14.º

**Competência**

Salvo disposição legal ou regulamentar diversa, e sem prejuízo de eventual delegação no Presidente da Câmara, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as dispensas totais e parciais de pagamento das taxas municipais.

## Artigo 15.º

**Isenções**

1 — Estão isentos do pagamento das taxas municipais estabelecidas neste Regulamento as pessoas singulares, instituições e organismos que beneficiem de isenção por preceito legal ou regulamentar.

2 — Estão ainda isentas do pagamento de taxas as empresas municipais instituídas pelo Município, relativamente aos actos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins constantes dos respectivos estatutos, directamente relacionados com os poderes delegados pelo Município.

3 — A isenção do pagamento de taxas não autorizam os beneficiários a utilizar meios susceptíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.

## Artigo 16.º

**Dispensas totais ou parciais**

1 — Pode a Câmara conceder dispensas totais ou parciais do pagamento das respectivas taxas municipais:

a) Às pessoas singulares ou colectivas em caso de insuficiência económica, demonstrada, quanto às pessoas colectivas, nos termos da lei sobre o apoio judiciário, e, no caso das pessoas singulares confirmada pela Divisão Municipal de Acção Social que instrui processo para o efeito;

b) Às instituições particulares de solidariedade social, associações desportivas, recreativas, culturais e sociais sem fins lucrativos, relativamente aos actos e factos directamente relacionados com o seu objecto social e quando a sua sede se situe no Município de Vila Nova de Gaia;

c) Às pessoas singulares ou colectivas legalmente constituídas, relativamente aos actos e aos factos, devidamente fundamentados pelo requerente, que se destinem à prossecução de actividades de relevante interesse público municipal e no âmbito dos respectivos fins estatutários.

2 — Pode haver lugar à dispensa total ou parcial do pagamento de taxas municipais relativamente a eventos e obras de manifesto e relevante interesse municipal mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada.

## SECÇÃO II

**Do procedimento**

## Artigo 17.º

**Procedimento nas dispensas totais ou parciais**

1 — O pedido de dispensa total ou parcial das taxas deve ser formalizado aquando do requerimento ou do início da actividade sujeita

a pagamento da taxa ou receita, sem prejuízo do pagamento do valor devido a título de preparo.

2 — Previamente à autorização da dispensa total ou parcial, devem os serviços no respectivo processo, informar fundamentadamente o pedido, indicar o valor sujeito a dispensa total ou parcial, bem como propor o sentido da decisão.

3 — Nos casos em que o pedido de dispensa total ou parcial de taxas municipais respeite a protocolo de investimento celebrado entre o Município e o particular é, ainda, ouvida uma comissão designada para o efeito que dá parecer não vinculativo sobre a pretensão.

4 — Todos os pedidos de dispensa total ou parcial, após deliberação da Câmara Municipal, são enviados aos serviços da área financeira para registo contabilístico.

5 — As dispensas totais ou parciais não desobrigam os interessados de requererem à Câmara Municipal o respectivo licenciamento, autorização ou comunicação, a que haja lugar, nos termos da lei ou regulamento.

6 — As dispensas totais ou parciais previstas não autorizam os beneficiários a utilizar meios susceptíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.

## CAPÍTULO IV

### Do pagamento e do seu não cumprimento

#### SECÇÃO I

##### Da cobrança

###### Artigo 18.º

###### Modalidades de cobrança

1 — A cobrança das taxas devidas pode ocorrer sob as seguintes modalidades:

- a) Pagamento voluntário;
- b) Cobrança coerciva.

###### Artigo 19.º

###### Cobrança

1 — A cobrança das taxas municipais pode ser efectuada no momento do pedido que lhes dá origem, salvo se a lei ou regulamento dispuser em contrário.

2 — Nos casos previstos em lei ou regulamento municipal em vigor, é devido, no momento do pedido, um preparo cujo valor é deduzido no acto da liquidação.

3 — Sem prejuízo do especialmente previsto no presente Regulamento, sempre que o valor da taxa devida for inferior a 50 (cinquenta) euros o preparo é de 50% do respectivo valor e de 25% quando superior.

4 — Não há lugar à dedução ou à devolução do preparo em caso de caducidade, desistência ou deserção do procedimento por causa imputável ao requerente e, ainda, em caso de indeferimento da pretensão, exceptuado o indeferimento liminar.

#### SECÇÃO II

##### Do pagamento voluntário

###### Artigo 20.º

###### Do pagamento voluntário

1 — Salvo regime especial, as taxas municipais previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento são pagas na tesouraria municipal em numerário, por cheque emitido à ordem do Município de Vila Nova de Gaia, através das caixas ATM ou via Internet.

2 — O pagamento pode ainda ser efectuado por dação em cumprimento ou por compensação quando tal seja compatível com a lei e o interesse público, aplicando-se, com as necessárias adaptações, as regras previstas pelo Código de Procedimento e Processo Tributário.

3 — A prática ou utilização do acto ou facto sem o prévio pagamento, para além de estar sujeito a tributação, constitui contra-ordenação punível nos termos do presente Regulamento.

4 — As taxas municipais liquidadas e não pagas que sejam debitadas ao tesoureiro seguem, com as necessárias adaptações, as regras estabelecidas para a cobrança das receitas virtuais.

###### Artigo 21.º

###### Prazo geral de pagamento

Sempre que não resulte da lei ou regulamento prazo específico, o prazo para pagamento voluntário das taxas municipais é de 30 dias a contar da notificação para pagamento.

###### Artigo 22.º

###### Regra de contagem

1 — Os prazos para pagamento não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

2 — O prazo que termine em sábado, domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

###### Artigo 23.º

###### Prazos de pagamento das licenças e autorizações renováveis

1 — O pagamento das licenças renováveis faz-se, salvo se outro prazo resultar da lei ou regulamento, nos seguintes prazos:

- a) Licenças superiores a um ano — data de emissão da respectiva licença;
- b) Licenças anuais — de 2 de Janeiro a 31 de Março;
- c) Licenças mensais — nos primeiros 10 dias de cada mês.

2 — A cobrança das taxas respeitantes às licenças anuais referidas na alínea b) do n.º 1 é publicitada através de edital a afixar nos locais de estilo, onde consta o prazo de pagamento e as sanções em que incorrem os sujeitos passivos pelo não pagamento das licenças que lhes sejam exigíveis nos termos legais e regulamentares em vigor.

3 — Pode ser fixado prazo de pagamento diferente para as autorizações da ocupação precária de bens de domínio público ou privado municipais a fixar no respectivo contrato ou documento que a titule.

4 — A Câmara, mediante deliberação fundamentada, pode fixar datas diferentes das previstas na alínea b) do n.º 1 do presente artigo.

###### Artigo 24.º

###### Pagamento em prestações

1 — Pode a Câmara autorizar o pagamento em prestações mensais e iguais, mediante pedido fundamentado e desde que comprovado que a situação económica do requerente não lhe permite solver o valor de uma só vez.

2 — Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, quando for autorizado o pagamento em prestações, o número destas não pode ser superior a:

- a) 3 prestações, para valores entre 250 € e 2 500 €;
- b) 4 prestações, para valores entre 2 501 € e 5 000 €;
- c) 5 prestações, para valores entre 5 001 € e 7 500 €;
- d) 6 prestações, para valores entre 7 501 € e 10 000 €;
- e) 10 prestações, para valores superiores a 10 001 €.

3 — Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que os fundamentam.

4 — O valor de cada prestação mensal corresponde ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescido de juros, contados sobre o montante da dívida desde o termo do prazo para o pagamento até à data de pagamento efectivo de cada uma das prestações.

5 — A taxa de juros a aplicar é equivalente à taxa dos juros legais fixados nos termos do n.º 1 do artigo 559.º do Código Civil.

6 — O pagamento de cada prestação deve ocorrer durante o mês a que esta corresponder.

7 — A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das restantes.

8 — A autorização de pagamento em prestações não afasta a possibilidade de, posteriormente, vir a ser paga a totalidade do montante ainda em dívida.

9 — Quando for devido imposto de selo, este é pago, na íntegra, conjuntamente com a primeira prestação.

10 — Em casos manifestamente excepcionais, poderá o órgão autárquico competente autorizar o pagamento em prestações de valores diferentes dos previstos no n.º 2.

#### SECÇÃO III

##### Consequências do incumprimento

###### Artigo 25.º

###### Extinção do procedimento

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o não pagamento das taxas no prazo estabelecido para o efeito implica a extinção do procedimento a que elas digam respeito.

2 — Poderá o interessado obstar à extinção do procedimento se realizar o pagamento em dobro da quantia liquidada, nos 10 dias seguintes ao termo do prazo de pagamento respectivo.

#### Artigo 26.º

##### Cobrança coerciva

1 — Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas municipais liquidadas e que constituam débitos ao município, começam a vencer-se juros de mora, nos termos legais.

2 — Consideram-se em débito todas as taxas municipais, relativamente às quais o sujeito passivo usufruiu do facto, serviço ou benefício, sem o respectivo pagamento.

3 — O não pagamento das taxas e outras receitas municipais referidas nos números anteriores implica a extracção das respectivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

4 — As certidões de dívida são assinadas e autenticadas e contêm, sempre que possível os seguintes elementos:

- a) Identificação do devedor, incluindo morada e o número fiscal do contribuinte;
- b) Descrição sucinta do facto, serviço que originou a liquidação e seu montante;
- c) Quaisquer outras indicações úteis para o eficaz seguimento da execução.

5 — A assinatura das certidões de dívida pode ser efectuada por chancela ou outro meio de reprodução devidamente autorizado por quem as emitir, podendo a autenticação ser efectuada por aposição do selo branco.

6 — As certidões de dívida servem de base à instauração do processo de execução fiscal o qual segue a tramitação prevista no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

7 — Para além da execução fiscal, o não pagamento das licenças renováveis previstas nos regulamentos municipais em vigor pode implicar ainda a sua não renovação para o período imediatamente seguinte.

#### Artigo 27.º

##### Outras consequências do não pagamento de taxas

Salvo se for deduzida reclamação ou impugnação e prestada, nos termos da lei, garantia idónea, o não pagamento de taxas devidas ao Município constitui fundamento de:

- a) Rejeição de quaisquer requerimentos dirigidos à emissão de autorizações;
- b) Recusa de prestação de quaisquer serviços solicitados ao Município;
- c) Determinação de cessação da possibilidade de qualquer tipo de utilização de bens do domínio público ou privado autárquico.

## TÍTULO II

### Parte especial

#### CAPÍTULO I

##### Procedimento Administrativo

#### SECÇÃO I

##### Disposições comuns

#### Artigo 28.º

##### Iniciativa procedimental

1 — Ressalvados os casos especialmente previstos em lei ou regulamento, a atribuição de autorizações, licenças ou a prestação de serviços pelo município é precedida da apresentação de requerimento que deve conter as seguintes menções:

- a) A indicação do órgão ou serviço a que se dirige;
- b) A identificação do requerente, com indicação do nome completo, número do bilhete de identidade e de contribuinte, ou do Cartão Único, residência e qualidade em que intervém;

- c) A exposição dos factos em que se baseia o pedido e, quando tal seja possível ao requerente, os respectivos fundamentos de direito;
- d) A indicação da pretensão em termos claros e precisos;
- e) A data e a assinatura do requerente ou de outrem a seu rogo.

2 — O requerimento pode ser apresentado em mão, enviado por correio, fax, e-mail ou outros meios electrónicos disponíveis.

3 — Os requerimentos dirigidos à Câmara Municipal devem ser, em regra, feitos nos modelos normalizados, quando existam, sem prejuízo das prerrogativas concedidas pelo Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

4 — Os requerimentos apresentados electronicamente contêm o formato definido, para cada caso, no site institucional do Município.

5 — Os requerimentos devem ser apresentados com a antecedência de três dias úteis relativamente ao acto ou facto objecto do pedido de licenciamento ou autorização, sob pena de poderem ser liminarmente rejeitados.

6 — Os pedidos de renovação de licenças com carácter periódico e regular podem, salvo norma legal ou regulamentar em contrário, ser efectuados verbalmente, operando-se essa renovação automaticamente com o pagamento das correspondentes taxas, desde que não ocorram elementos novos susceptíveis de alterar os termos e ou as condições da licença anterior, seguindo-se na formulação do pedido os termos do artigo 75.º do Código do Procedimento Administrativo.

7 — Os documentos solicitados pelos interessados podem ser-lhes remetidos pelo correio por via postal simples, desde que estes tenham manifestado essa intenção juntando à petição envelope devidamente endereçado e estampilhado.

#### Artigo 29.º

##### Conferição da assinatura nos requerimentos ou petições

Quando a lei não exigir o reconhecimento notarial da assinatura nos requerimentos ou petições, os serviços municipais podem conferir a assinatura através da exibição do bilhete de identidade do signatário do documento ou documento equivalente.

#### Artigo 30.º

##### Dispensa dos originais dos documentos

1 — Sempre que a lei não disponha de forma diferente, é suficiente para a instrução de processos administrativos gratuitos a fotocópia de documento autêntico ou autenticado.

2 — Sem prejuízo da obrigatoria recepção da fotocópia a que alude o número anterior, quando haja dúvidas fundadas acerca do seu conteúdo ou autenticidade, pode ser exigida a exibição de original ou documento autêntico para conferência, devendo para o efeito ser fixado o prazo de cinco dias.

3 — Se o documento autêntico ou autenticado constar em arquivo, o funcionário competente aporá a sua assinatura na respectiva fotocópia, declarando a sua conformidade com o original.

4 — As fotocópias de documentos reconhecidos nos termos dos números anteriores não produzem fé pública.

#### Artigo 31.º

##### Devolução de documentos

1 — Os documentos autênticos ou autenticados apresentados pelos requerentes para comprovar afirmações ou factos de interesse particular podem ser devolvidos quando dispensáveis.

2 — Sempre que os documentos autênticos ou autenticados sejam dispensáveis, mas o respectivo conteúdo deva ficar apenso ao processo e o apresentante manifeste interesse na posse dos mesmos, os serviços extraem as fotocópias necessárias e devolvem o original, cobrando o valor correspondente à Tabela Anexa.

3 — O funcionário que proceder à devolução dos documentos aporá a sua assinatura e data na fotocópia declarando a sua conformidade com o original.

#### Artigo 32.º

##### Suprimento de deficiência de instrução

Sempre que no processo se verifique qualquer deficiência que possa ser suprida por diligência directa dos serviços municipais, estes providenciam aquela diligência, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

## SECÇÃO II

## Das licenças e autorizações

## Artigo 33.º

## Emissão

1 — Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento ou autorização, e mediante pagamento das taxas, os serviços municipais asseguram a emissão da licença respectiva, na qual deve constar:

- a) A identificação do titular — nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) O objecto do licenciamento ou autorização, sua localização e características;
- c) As condições impostas no licenciamento ou autorização;
- d) A validade da licença ou autorização, bem como o seu número de ordem;
- e) A identificação do serviço municipal emissor.

2 — O período referido no licenciamento ou autorização pode reportar-se ao dia, semana, mês ou ano civil determinado em função do respectivo calendário.

## Artigo 34.º

## Precariedade

Sem prejuízo do disposto em lei especial, todos os licenciamentos e autorizações que sejam considerados precários por disposição legal, por regulamento ou pela natureza dos bens em causa, podem cessar por motivos de interesse público devidamente fundamentado, sem que haja lugar a indemnização.

## Artigo 35.º

## Validade

1 — As licenças e autorizações têm o prazo de validade delas constantes.

2 — As licenças e autorizações anuais caducam no último dia do ano para que foram concedidas.

3 — As licenças e autorizações concedidas por outro período de tempo certo caducam no último dia do prazo para que foram concedidas.

4 — O cômputo do termo dos prazos das licenças e autorizações conta-se nos termos da alínea c) do artigo 279.º do Código Civil.

## Artigo 36.º

## Renovação Automática

1 — As licenças e as autorizações renováveis consideram-se emitidas nas condições em que o foram concedidas inicialmente sem prejuízo da actualização do valor da taxa a que houver lugar.

2 — A renovação das licenças que assumam carácter periódico ou regular opera-se automaticamente com o pagamento das respectivas taxas, salvo deliberação em contrário do órgão competente.

3 — Não há lugar à renovação se o titular do licenciamento formular pedido nesse sentido até trinta dias antes da data da respectiva renovação.

4 — Se após a renovação o titular solicitar a cessação da licença ou autorização, há lugar ao pagamento da correspondente taxa no montante proporcional à fracção de tempo utilizada, não havendo lugar ao pagamento de coimas, salvo se, entretanto, a contra-ordenação tiver sido auçada.

5 — Nas renovações automáticas não há lugar à liquidação e cobrança da taxa de apreciação, nas situações em que esta esteja prevista na Tabela Anexa para a emissão das licenças e das autorizações iniciais, exceptuando as situações em que, por iniciativa do requerente, forem introduzidas alterações às condições do licenciamento ou autorização existentes.

6 — Para efeitos do presente Regulamento, quando o interessado proceda à remessa, por cheque ou vale postal, da importância correspondente à taxa devida pela renovação da licença e autorização, a licença renovada é enviada por correio se aquele juntar um envelope devidamente estampilhado.

## Artigo 37.º

## Averbamento

1 — O pedido de averbamento do titular da licença ou autorização, deve ser apresentado no prazo de 30 dias a contar da verificação dos factos que o justifique, sob pena de procedimento por falta de licença ou autorização.

2 — O pedido de transferência de titularidade das licenças e autorizações deve ser acompanhado de prova documental, nomeadamente escritura pública ou declaração de concordância emitida pelo titular da licença ou autorização averbada.

3 — Presume-se que as pessoas singulares ou colectivas que trespassem os seus estabelecimentos ou instalações, ou cedam a respectiva exploração, autorizam o averbamento das licenças ou autorizações de que sejam titulares a favor das pessoas a quem transmitam os seus direitos.

4 — No caso referido no número anterior, o pedido de averbamento deve ser instruído com certidão ou fotocópia simples do contrato de trespasse ou de cedência de exploração.

5 — É aceite o pedido de averbamento fora do prazo fixado no n.º 1, mediante pagamento do adicional de 50 % sobre a taxa respectiva.

## Artigo 38.º

## Cessação

As licenças e autorizações emitidas cessam nas seguintes situações:

- a) A pedido expresso dos seus titulares;
- b) Por decisão do Município quando exista motivo de interesse público e desde que devidamente fundamentado;
- c) Por caducidade, uma vez expirado o prazo de validade das mesmas;
- d) Por incumprimento das condições impostas no licenciamento ou autorização;
- e) Por qualquer outro motivo previsto em norma legal ou regulamentar.

## SECÇÃO III

## Disposições especiais

## Artigo 39.º

## Prestação de Serviços Administrativos e Concessão de Documentos

1 — A prestação de Serviços Administrativos e Concessão de Documentos está sujeita ao pagamento das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

2 — No momento do pedido é devido um preparo correspondente a 50 % do valor da taxa que é deduzido no acto da liquidação.

3 — Sempre que solicitada, será devida uma taxa de urgência pela emissão de certidões, atestados, fotocópias simples ou autenticadas e segundas vias de documentos, desde que o pedido seja satisfeito no prazo de três dias úteis, após entrada do requerimento.

## Artigo 40.º

## Vistorias

As taxas devidas pela realização de vistorias previstas no artigo 3.º da Tabela Anexa ao presente Regulamento são pagas no momento da entrega do requerimento respectivo, sem o qual a pretensão não tem seguimento.

## Artigo 41.º

## Arquivo

1 — A utilização do serviço leitura do Arquivo Municipal fica sujeita ao pagamento das taxas quando houver lugar à reprodução de documentos.

2 — As normas gerais de funcionamento do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia e os procedimentos para aceder aos diversos serviços existentes encontram-se previstos no Regulamento do Arquivo Municipal do Município.

## Artigo 42.º

## Utilização do auditório da Assembleia Municipal

1 — A cedência dos espaços do auditório da Assembleia Municipal para a realização de iniciativas (congressos, conferências, simpósios e encontros), cuja organização geral pertence essencialmente a entidades exteriores à autarquia, está sujeita ao pagamento da taxa prevista na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

2 — A utilização do Auditório da Assembleia Municipal rege-se pelas normas gerais e particulares de funcionamento, segurança e utilização previstos no Regulamento Municipal de Cedência do Auditório.

## Artigo 43.º

**Actividades diversas**

1 — São consideradas actividades diversas as seguintes:

- a) Guarda-nocturno;
- b) Venda ambulante de lotarias;
- c) Arrumador de automóveis;
- d) Realização de acampamentos ocasionais;
- e) Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão;
- f) Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre;
- g) Venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda;
- h) Realização de fogueiras;
- i) Realização de leilões.

2 — O exercício das actividades referidas no número anterior carece de licenciamento municipal, sujeito ao pagamento das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento, regendo-se os respectivos procedimentos pelas disposições do Regulamento Municipal de Actividades Diversas.

## Artigo 44.º

**Ocupação da via pública por motivo de obras**

1 — A ocupação de via pública por motivo de obras está sujeita ao pagamento das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

2 — A ocupação de via pública por motivo de obras rege-se pelo Regulamento de Intervenções na Via Pública.

## Artigo 45.º

**Ocupação do espaço público e via pública por estacionamento**

1 — O estacionamento de duração limitada e o estacionamento privativo estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

2 — O estacionamento de duração limitada rege-se pelo Regulamento de Estacionamento do Município.

3 — O estacionamento privativo fica sujeito a licenciamento nos termos e demais condições estabelecidas no Regulamento mencionado no número anterior.

## Artigo 46.º

**Ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo**

1 — A ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo, salvo com publicidade, está sujeita ao pagamento das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

2 — Quando da realização de obras que implicam a ocupação simultânea e coincidente do solo e do subsolo, apenas se considera a taxa relativa à ocupação do solo.

## Artigo 47.º

**Ocupação para o exercício da actividade de comércio**

1 — As regras e procedimentos relativos à ocupação do solo e de instalações para o exercício da actividade de comércio a retalho exercida de forma não sedentária em mercados descobertos, ou em instalações não fixas ao solo, também designadas por feiras, e para o exercício da actividade de comércio, de forma continuada, em recintos em regra cobertos e fechados, estão previstos nos Regulamentos de Feiras e de Mercados do Município, respectivamente.

2 — A ocupação de qualquer espaço em Feira ou Mercado está condicionada ao pagamento da respectiva taxa.

3 — O exercício da venda ambulante em tendas, barracas, stands, pavilhões ou instalações semelhantes, viaturas ou atrelados, bem como a prática de actos administrativos com ela relacionados, rege-se pelas normas previstas no Regulamento Municipal de Vendedores Ambulantes, e está sujeito ao pagamento das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

## Artigo 48.º

**Cedência das viaturas municipais a entidades externas à Câmara Municipal**

1 — As pessoas colectivas que não prossigam fins lucrativos, e tenham sede no Concelho de Vila Nova de Gaia ou nele desenvolvam a sua actividade podem requisitar viaturas municipais, mediante o pagamento

das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento, desde que a utilização se destine a apoiar iniciativas socialmente relevantes e de interesse para o concelho.

2 — As regras de cedência das viaturas municipais a entidades externas à Câmara Municipal estão previstas no Regulamento de Utilização das Viaturas do Município de Vila Nova de Gaia.

3 — Os custos com a alimentação e alojamento do motorista da viatura municipal ficam sempre a cargo da entidade requerente.

4 — O não pagamento das taxas previstas no prazo de 10 dias após a realização do serviço dá origem a processo de cobrança coerciva, bem como ao cancelamento de utilizações já deferidas ou ao indeferimento de outras que se pretendam requerer.

## Artigo 49.º

**Horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços**

A emissão de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços está sujeita ao pagamento da taxa prevista na Tabela Anexa ao presente Regulamento, prevendo-se a regulamentação e disciplina do exercício de tais actividades no Regulamento Municipal de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços.

## Artigo 50.º

**Instalação e funcionamento de recintos de espectáculos e divertimentos públicos**

1 — A instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos estão sujeitos a licenciamento municipal e ao pagamento das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

2 — As regras para a instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos em toda a área do Município de Vila Nova de Gaia e, bem assim, os procedimentos a seguir para assegurar a manutenção das condições técnicas e de segurança constantes da legislação aplicável encontram-se definidos no Regulamento Municipal de Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos.

## Artigo 51.º

**Exercício de actividades ruidosas de carácter temporário, ensaios e medições acústicas**

1 — O exercício de actividades ruidosas de carácter temporário carece de licenciamento municipal, aplicando-se as taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento, prevendo-se a regulamentação e disciplina do exercício de tais actividades no Regulamento Municipal de Ruído.

2 — A realização de ensaios e medições acústicas, a requerimento de entidades públicas ou privadas, está sujeita ao pagamento das taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

## Artigo 52.º

**Limpeza urbana e espaços verdes**

Pela prestação de serviços de limpeza urbana e espaços verdes no âmbito do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública de Vila Nova de Gaia são devidas as taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

## Artigo 53.º

**Prejuízos em património municipal**

Pela prestação de serviços de reparação de danos em bens de património municipal são devidas as taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

## Artigo 54.º

**Recolha, captura e hospedagem de animais**

Pela recolha, captura e hospedagem de animais são devidas as taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

## Artigo 55.º

**Metrologia**

As taxas a aplicar pelos serviços de aferição de pesos e medidas, bem como a taxa de serviço horário e a taxa de deslocação a aplicar pelos

Serviços de Metrologia, são definidas anualmente pelo Ministério da Economia.

#### Artigo 56.º

##### Da prestação de serviços pela Polícia Municipal

1 — Os serviços prestados pela Polícia Municipal, no âmbito das suas competências, regem-se pelo disposto no Regulamento Municipal de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Vila Nova de Gaia estão sujeitos às taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

2 — No caso de a Polícia Municipal ter sido requisitada e os serviços não terem sido prestados, por circunstâncias que lhe sejam alheias, e desde que o facto não tenha sido comunicado com a antecedência mínima de quatro horas, é liquidada a taxa correspondente às primeiras quatro horas de serviço.

#### Artigo 57.º

##### Bombeiros e Protecção Civil

Sempre que são solicitados os serviços e ou material da Companhia de Sapadores Bombeiros, fora de situações de emergência, são devidas as taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento, salvo disposição legal ou regulamentar em contrário.

#### Artigo 58.º

##### Registo de cidadãos da União Europeia

Pela emissão dos documentos relativos ao registo de cidadão da União Europeia são devidas as taxas legalmente fixadas, as quais fazem parte da Tabela Anexa ao presente Regulamento, bem como as que dizem respeito à componente municipal do montante total devido.

#### Artigo 59.º

##### Comissões Arbitrais Municipais (CAM)

Pelos serviços prestados no âmbito das Comissões Arbitrais Municipais (CAM), são devidas as taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

#### Artigo 60.º

##### Taxas de Publicidade e de Defesa da Paisagem

1 — Pela prática dos actos referidos no Regulamento Municipal de Publicidade e Defesa da Paisagem de Vila Nova de Gaia, bem como pela emissão das respectivas licenças, são devidas as taxas previstas na Tabela Anexa ao presente Regulamento.

2 — No caso de renovação da licença, o recibo do pagamento da taxa constitui documento bastante para comprovar a validade do alvará.

3 — No caso de suportes constituídos por letras ou símbolos soltos, a taxa é aplicada em função da área do rectângulo que inscreve a mensagem.

4 — Os letreiros constituídos por inscrições sobre material transparente são equiparados, para efeitos de aplicação de taxa de publicidade, aos letreiros compostos por letras ou símbolos soltos fixados individualmente.

5 — Sendo utilizados os pictogramas como suportes de identificação, a que se refere o artigo 24.º do Regulamento de Publicidade e Defesa da Paisagem Urbana do Município de Vila Nova de Gaia, para efeitos de cálculo das taxas são contabilizados quer os dizeres quer os desenhos meramente figurativos ou manchas de cor. Como suportes publicitários é contabilizada apenas a área dos polígonos que inscreve a mensagem correspondente à publicidade.

6 — Sendo utilizadas inscrições em veículos, a que a que se refere o artigo 33.º do Regulamento de Publicidade e Defesa da Paisagem Urbana do Município de Vila Nova de Gaia, como suportes publicitários, para efeitos de cálculo do valor da taxa é contabilizada a área dos polígonos que inscreve a mensagem correspondente à publicidade.

7 — Para efeitos de aplicação das taxas considera-se alteração de publicidade e identificação apenas a alteração dos dizeres, mantendo-se as mesmas cores e dimensões do suporte.

## TÍTULO III

### Contra-ordenações

#### Artigo 61.º

##### Contra-ordenações

1 — Sem prejuízo da previsão, em cada caso, de outras formas de responsabilidade, as infracções às normas reguladoras das taxas muni-

cipais, constituem contra-ordenações previstas e puníveis nos termos legais em vigor.

2 — Compete ao Presidente da Câmara, com a faculdade de delegação em qualquer dos restantes membros da Câmara, determinar a instauração dos processos de contra-ordenação e para a aplicar as coimas nos termos da lei.

3 — Constituem contra -ordenações:

a) A prática de acto ou facto sem o prévio pagamento das taxas e outras receitas municipais, salvo nos casos expressamente permitidos;

b) A inexactidão dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas e outras receitas municipais;

c) A falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas e outras receitas municipais.

4 — Nos casos previstos na alínea a) do número anterior, aplicam-se as coimas previstas para a falta de licenciamento ou autorização, podendo haver ainda lugar à remoção da situação ilícita.

5 — No caso previsto na alínea b) do n.º 3, os montantes mínimo e máximo da coima são, respectivamente, de 150 a 500 euros para as pessoas singulares e de 300 a 1 000 euros para as pessoas colectivas.

6 — A infracção prevista na alínea c) do n.º 1 é punida com coima de 250 a 2 000 euros para as pessoas singulares e de 2 500 a 5 000 euros para as pessoas colectivas.

#### Artigo 62.º

##### Apreensão provisória de objectos

1 — Podem ser provisoriamente apreendidos os objectos que serviram, ou estavam destinados a servir, para a prática de uma contra-ordenação, bem como quaisquer outros que sejam susceptíveis de servir de prova.

2 — Os objectos apreendidos são restituídos quando se tornar desnecessário manter a apreensão para efeitos de prova ou logo que a decisão condenatória se torne definitiva, a menos que o Município pretenda declará-los perdidos a título de sanção acessória.

#### Artigo 63.º

##### Sanções acessórias

1 — Sem prejuízo da aplicação das coimas previstas no presente Título, são ainda aplicáveis as seguintes sanções acessórias, a determinar em função da gravidade da infracção e da culpa do agente:

a) Perda de objectos pertencentes ao agente da infracção;

b) Interdição do exercício de profissões ou actividades na área do Município, cujo exercício dependa de licença ou autorização dos seus órgãos;

c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado pelos órgãos competentes do Município;

d) Privação do direito de participar em feiras ou mercados no Município;

e) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos que tenham por objecto a empreitada ou a concessão de obras públicas municipais, o fornecimento de bens e serviços, a concessão de serviços públicos que seja da competência da autarquia e a atribuição de licenças ou alvarás;

f) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença da autarquia, quando a ele esteja directamente relacionado o cometimento da infracção;

g) Suspensão de autorizações, licenças ou alvarás concedidos pela autarquia para ocupação de espaço do domínio público ou para o exercício de actividade conexa.

2 — As sanções referidas nas alíneas b) a g) do número anterior têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.

## TÍTULO IV

### Garantias fiscais

#### Artigo 64.º

##### Garantias fiscais

1 — Compete à Câmara Municipal a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas municipais, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o Código de Processo e de Procedimento Tributário.



2 — Os sujeitos passivos da obrigação tributária podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação, nos termos do Código de Processo e de Procedimento Tributário.

3 — A reclamação é deduzida perante a Câmara Municipal no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

4 — A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.

5 — Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área do Município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

6 — A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 do presente artigo.

## TÍTULO IV

### Disposições finais e complementares

#### Artigo 65.º

##### Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, são resolvidas por recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas.

#### Artigo 66.º

##### Remissões

As remissões feitas para os preceitos que, entretanto, venham a ser revogados ou alterados, consideram-se automaticamente transpostas para os novos diplomas.

#### Artigo 67.º

##### Regime transitório

As disposições do n.º 1 do artigo 20.º, *in fine*, e n.º 3 do artigo 28.º do presente Regulamento só entram em vigor quando o respectivo sistema de pagamento estiver implementado.

#### Artigo 68.º

##### Norma revogatória

1 — Com a entrada em vigor do presente Regulamento e Tabela Anexa fica revogado o Regulamento de Taxas e Outras Receitas em vigor.

2 — Ficam igualmente revogados todos os regulamentos, posturas, normas internas e tabelas em vigor neste Município que disponham sobre as mesmas matérias e que com o presente Regulamento estejam em contradição.

#### Artigo 69.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento e a Tabela Anexa entram em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010.

#### ANEXO I

### Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município

#### Fundamentação Económico-Financeira

##### 1 — Introdução

O novo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, fixado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, estabelece na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º a obrigatoriedade da fundamentação económico-financeira do valor das taxas criadas pelas Autarquias Locais.

O presente documento, anexo ao Regulamento de Taxas do Município de Vila Nova de Gaia, visa cumprir o estipulado naquele articulado.

As taxas das Autarquias Locais são tributos que resultam da prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição nos termos da lei.

Todo o trabalho desenvolvido teve em consideração o princípio da equivalência jurídica, segundo o qual o valor das taxas das Autarquias Locais é fixado tendo em conta o princípio da proporcionalidade e não

deve ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular.

Deste modo, o valor da generalidade das taxas foi apurado com base nos custos médios directos e indirectos, tendo ficado excluídas da aplicação estrita deste critério, se bem que tenha ficado acautelado o princípio da proporcionalidade, as taxas de desincentivo, cujo valor é fixado com vista a desencorajar certos actos ou operações, bem como as taxas sobre actividades de impacto ambiental negativo, cujo valor é estabelecido para ressarcir a comunidade dos danos ambientais, reais ou potenciais, decorrentes do exercício de actividades que representem um risco para os bens jurídicos previstos em legislação específica, e as taxas obtidas pelo critério do benefício auferido pelo particular com o licenciamento ou autorização, concretizável, como é sabido, no acréscimo patrimonial decorrente da remoção de um obstáculo ou a utilização de um bem público.

##### 2 — Metodologia adoptada

Não existindo dados da contabilidade analítica havia que encontrar um método que permitisse, por um lado, estimar o custo da contrapartida associada a cada taxa e, por outro lado, assegurar a necessária uniformização de critérios para os valores cobrados.

Para o efeito, e excepcionando as taxas que são fixadas por diploma legal, as que são fixadas por unidade e aquelas cujo custo da contrapartida não serve de referencial, procedeu-se ao agrupamento das restantes taxas em três grupos, criaram-se fórmulas de cálculo com uma componente fixa (CD) e uma variável (um custo específico), segundo o tipo/natureza da taxa (CE), e, ainda, definiram-se tempos padrões quer para os itens da tabela de taxas objecto de alteração, quer para os novos itens, de forma a assegurar a necessária uniformização de critérios, por unidade orgânica, para os valores cobrados.

Assim:

Grupos de Taxas:

- a) Grupo I — As que resultam de um acto administrativo;
- b) Grupo II — As que decorrem de um acto administrativo ao qual estão associados actos operacionais;
- c) Grupo III — As que decorrem da gestão de bens e equipamentos de utilização colectiva.

Fórmulas de Cálculo:

Componente Fixa (CD):

CD é o custo inerente à emissão do documento de receita em que a fórmula de cálculo utilizada é:

$$CD = (CP*n) + (CI*n) + (CH*T/60)$$

em que *CP* é o custo unitário da folha de papel A4; *n* o número de folhas de papel utilizadas; *CI* o custo unitário dos consumíveis informáticos utilizados para impressão; *CH* o custo médio hora do grupo profissional administrativo; *T* o tempo médio (em minutos) gasto no atendimento para emissão do documento de receita.

Com base nestes pressupostos obteve-se o seguinte valor para *CD*:

$$CD = € 1,33$$

Componente variável (custo específico) de cada taxa (*CE*):

$$CE = DP + CO + MO + RO + DO + OU$$

em que *DP* é o valor médio do solo/subsolo ocupado/utilizado; *CO* o valor dos custos operacionais, ou seja o valor dos materiais, bens, serviços, equipamentos, viaturas, etc., utilizados; *MO* o custo médio hora da diversa mão-de-obra utilizada; *RO* o valor pela remoção de obstáculo jurídico ao comportamento do requerente; *DO* o valor/% do desincentivo à prática de acto/operação e *OU* outros não enquadráveis nos restantes itens.

No cálculo da componente variável (custo específico) de cada uma das taxas existem factores comuns e iguais que são:

Custo/Km — para viatura ligeira foi utilizado o valor fixado na Portaria 30-A/2008, de 10 de Janeiro, para o subsídio de transporte em viatura própria.

Distância percorrida — foi utilizada a média da distância entre o edifício dos Paços do Concelho e 6 Freguesias (ida e volta=16 km).

Custo da folha de papel A4 e A3 — obtido com base no custo da resma de papel, para o Município.

Custo dos consumíveis informáticos — foi calculado com base no custo dos consumíveis de impressora OKY C5250 Type C6 e no n.º de impressões que os mesmos permitem.

Custo das fotocópias e de outros suportes — foi calculado com base no despacho 8617/2002, de 29 de Março, tendo sido os valores actualizados com base no IPC, verificados de 2002 a 2007, e os valores assim

obtidos arredondados para a centésima seguinte, se a 3.ª casa decimal for igual ou superior a 5, e para a centésima inferior se a 3.ª casa decimal for inferior a 5.

Despesas de correio — consideraram-se os preços praticados pelos CTT e o custo do envelope.

Custo da mão-de-obra — foi utilizado o valor hora médio por carreira. Este foi obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{Custo da Mão-de-Obra} = \frac{\frac{\text{Total anual por carreira} + \text{Custo anual do Mobiliário e Equipamento utilizado na execução das tarefas}}{\text{N.º funcionários da carreira}}}{\frac{\text{Total anual de horas de trabalho efectivo médio da carreira}}{\text{N.º de Funcionários da carreira}}}$$

sendo que o total anual por carreira engloba as verbas dispendidas com vencimento, subsídio de refeição, despesas com segurança social, remunerações acessórias e outros abonos.

Quanto ao valor médio do solo/subsolo ocupado/utilizado o mesmo foi obtido partindo da homogeneização dos valores de aquisição, alienação e expropriação de terrenos promovidos pelo Departamento do Património, nos últimos 5 anos.

Referenciou-se um período de capitalização de 5 anos que corresponde ao período de amortização de valor do solo. Utilizou-se um período de 5 anos (um período curto) pois entende-se que a utilização de terreno do domínio público para fins diversos dos previstos para o domínio público deve ser uma situação de excepção, pelo que se pretende assim evitar a utilização prolongada e generalizada do solo do domínio público para fins privados.

De forma a respeitar o princípio da igualdade entre Municípios, optou-se por colocar o valor base do solo do domínio público em todo o concelho e fazer incidir, nas zonas urbanas factores de desincentivo, como forma de evitar a ocupação intensiva do domínio público em zonas densamente populosas.

Como já foi referido na alínea a) foi imposta a utilização do mesmo valor para todo o concelho pela Equipa de Trabalho da Revisão do Regulamento de Taxas do Município de Vila Nova de Gaia.

Quanto à taxa de ocupação do subsolo, foi considerado o valor de custo de construção de caves de 350,00 €/m², pois é um valor normal de mercado, aceite genericamente pela maioria dos técnicos de avaliação. O valor obtido foi de 0,01€/m²/dia.

### 3 — Taxas propostas

De acordo com a metodologia adoptada, foi definido o valor das taxas que teve em conta o custo da contrapartida, os coeficientes de desincentivo/incentivo e o benefício auferido pelo particular.

De forma a garantir o princípio da proporcionalidade, sempre que o valor da taxa seja fixado recorrendo apenas ao critério do desincentivo, adoptou-se como referência o salário mínimo nacional para 2009.

Finalmente, e em respeito pelo princípio da equivalência jurídica, a metodologia adoptada permitiu reduzir o número de taxas aplicáveis.

### 4 — Fundamentação de taxas

## CAPÍTULO I

### Prestação de serviços administrativos e concessão de documentos

Neste capítulo a determinação do valor da taxa assenta na identificação dos custos directos associados à realização da actividade.

Consideraram-se custos directos os resultantes do trabalho administrativo, análise e elaboração de informação técnica e, sempre que necessários, os custos de impressão e elaboração de documentos (papel+tintas/toner+amortização de equipamento) e custos de deslocações técnicas.

Emissão e concessão de documentos:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 1.º . . . . .	1.	4,19	0,19		4,38	2,16	6,53	1			1,33	7,86
	2.1	8,94	0,19		9,13	0,30	9,43	1			1,33	10,76
	2.2	2,79	0,19		2,98	0,11	3,09	1				3,09
	3.	13,13	6,59		19,72	0,47	20,18	1			1,33	21,51
	4.1.	10,88	2,25		13,13	0,38	13,51	1				13,51
	4.2.	25,99	8,33		34,32	0,73	35,05	1				35,05
	5.1.	4,06	0,19		4,25	0,11	4,36	1			1,33	5,69
	5.2.	4,76	0,23		4,99	0,14	5,12	1			1,33	6,45
	6.1.1.	0,01	0,03		0,04		0,04	1				0,04
	6.1.2.	0,07	0,11		0,18		0,18	1				0,18
	6.2.1.	0,01	0,04		0,05		0,05	1				0,05
	6.2.2.	0,07	0,21		0,28		0,28	1				0,28
	7.	5,45	0,19		5,64	0,17	5,81	1			1,33	7,14
	8.	2,79			2,79	0,11	2,90	1			1,33	4,23
	9.	2,79			2,79	0,11	2,90	1			1,33	4,23
	10.	4,19	0,38		4,57	2,16	6,72	1			1,33	8,05
	11.	2,09	0,19		2,28	2,08	4,36	1			1,33	5,69
	12.									2%		10,00
	13.	3,49	0,38		3,87	2,13	6,00	1			1,33	7,33
	14.	10,04	2,20		12,24	0,35	12,59	1				12,59
	15.	4,19	0,19		4,38	2,16	6,53	1		153%	1,33	17,86
	16.	4,19	0,38		4,57	2,16	6,72	1		149%	1,33	18,05
	17.1.	6,44	0,70		7,14	0,18	7,32	1			1,33	8,65
	17.2.	6,44	0,20		6,64	0,18	6,82	1			1,33	8,15
	18.	4,19	0,19		4,38	2,16	6,53	1			1,33	7,86

Tendo como objectivo a necessária uniformização de critérios para os valores cobrados, os averbamentos e revalidações correspondem a 50% do valor da respectiva licença e as 2.ªs vias têm um coeficiente de desincentivo correspondente a 20%.

Na definição do valor das taxas de pedidos de urgência foi criado um desincentivo porque estes implicam um importante esforço dos serviços para o fornecimento dos mesmos num curto período de tempo, obrigando, nestes casos, a deixar para segundo lugar os restantes pedidos.

É, pois, uma prática que importa desincentivar, nesse sentido o critério utilizado foi o do desincentivo, tendo como referência o salário mínimo

nacional fixado para 2009; o mesmo sucede com os pedidos de confiança de processos dado que esta prática perturba o regular funcionamento dos serviços, nomeadamente nos casos em que há pedidos de informação ou certificação de elementos constantes de processo confiado bem como o risco de perda dos processos; por último, aplicamos o desincentivo aos pedidos de Licença de Recintos Itinerantes e Improvisados dado que são actividades que afectam directamente direitos de terceiros nomeadamente no que diz respeito ao ruído provocado pelas referidas actividades e às perturbações de trânsito, sendo que para estes dois últimos aplicou-se uma taxa de desincentivo de 153% e 149%, respectivamente.

## Serviços do Arquivo Municipal:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 2.º . . . . .	1.1.	2,79	0,13		2,92		2,92	1				2,92
	1.2.	3,49	0,13		3,62		3,62	1				3,62
	2.1.	6,17	0,13		6,30		6,30	1				6,30
	2.2.	7,71	0,73		8,44		8,44	1				8,44
	2.3.	7,71	0,75		8,53		8,53	1				8,46
	2.4.	7,71	1,91		9,62		9,62	1				9,62
	2.5.	7,71	1,95		9,66		9,66	1				9,66
	3.1.	2,79	0,11		2,90		2,90	1				2,90
	3.2.	2,79	0,18		2,97		2,97	1				2,97
	3.3.	3,49	0,09		3,58		3,58	1				3,58
	3.4.	3,49	0,18		3,67		3,67	1				3,67
	3.5.	3,49	0,21		3,70		3,70	1				3,70
	3.6.	2,79	0,24		3,03		3,03	1				3,03
	3.7.	3,49	0,15		3,64		3,64	1				3,64
	3.8.	3,49	0,24		3,73		3,73	1				3,73
	3.9.	2,79	0,15		2,94		2,94	1				2,94
	3.10.	4,19	0,07		4,25		4,25	1				4,25

## Vistorias:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 3.º . . . . .	1.	105,72	52,30		158,02	2,61	160,63	1		33 %		160,63
	2.											150,00
	3.	18,34	6,59		24,93	0,39	25,32	1				25,32
	4.	18,34	6,59		24,93	0,39	25,32	1				25,32
	5.	18,34	6,59		24,93	0,39	25,32	1				25,32

Neste artigo são definidas taxas para as vistorias a efectuar nos termos do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; de certificação do estado de conservação dos edifícios; a efectuar em recintos de espectáculos ou de outros divertimentos públicos; a unidades móveis de transporte e ou venda de alimentos e, ainda, as não incluídas nos pontos anteriores.

As taxas devidas pelas vistorias correspondem todas elas, na íntegra, ao custo da contrapartida, à excepção da taxa mencionada no ponto 2. Neste caso, uma vez que a vistoria em causa, não faz parte das atribuições específicas do Município, optou-se por aplicar exclusivamente o critério do desincentivo, tendo como referência o salário mínimo nacional para 2009.

## CAPÍTULO II

## Gestão do espaço público

## SECÇÃO I

## Utilização da via pública, subsolo e outros espaços públicos

Na tipologia de taxas previstas nesta secção, existe uma fase de apreciação dos processos. Assim, prevê-se uma taxa pela mencionada apreciação, que foi obtida através do custo da contrapartida, e dado tratar-se de uma taxa nova o Município decidiu assumir o custo social no valor de 50 % da mesma.

Quando por força da realização de obras que impliquem a ocupação simultânea e coincidente do solo e do subsolo, dever-se-á apenas considerar a taxa relativa à ocupação do solo.

A taxa de ocupação da via pública para abertura de vala, em zonas de estacionamento de duração limitada, foi apurada tendo em consideração o custo da contrapartida e a média obtida dos dois horários que são aplicados no Município (12/24 horas) de acordo com os zonamentos estabelecidos para o estacionamento.

Ocupação da via pública por motivos de obras:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 4.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %			27,31
	2.1.									1 %		4,50
	2.2.									2 %		9,00
	3.		1,50		1,50		1,50	1				1,50
	4.									0,1 %		0,50
	5.									5,3 %		23,88

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
	6. 7. 8.		6,33		6,33		6,33	1		25 % 0,1 % 100 %		112,50 0,50 12,66

Neste artigo, para além da taxa de apreciação supra mencionada, inserem-se as taxas devidas para todas as ocupações da via pública por motivos de obras, com excepção das obras de conservação.

As taxas foram calculadas com base no valor da área do solo do domínio público ocupada que foi obtido tendo em consideração o valor médio/m<sup>2</sup> de terreno para um período de capitalização de 5 anos e também de acordo com os custos directos em mão-de-obra e em consumíveis, à excepção das taxas previstas nos pontos 2.1., 2.2., 4., 5., 6. e 7., relativamente às quais se pretendeu desincentivar, de forma a evitar

a permanência, deste tipo de ocupações por longos períodos de tempo, face às áreas de domínio público que costumam ocupar.

No que se refere às ocupação da via pública com abertura de valas, e porque tal actividade para além do espaço que ocupa implicar sempre uma redução na mobilidade de pessoas e viaturas, entendeu-se aplicar uma taxa de desincentivo de forma a que tal actividade seja desenvolvida num curto espaço de tempo de forma a minimizar o impacto que provoca.

Ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 5.º . . . . .	1.1.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	1.1.2.									300 %	1 350,00
	1.1.3.									200 %	900,00
	2.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	2.1.1.									1 %	4,50
	2.1.2.									1,5 %	6,75
	3.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	3.2.1.									1 %	4,50
	3.2.2.									10 %	45,00
	4.1.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	4.1.2.									500 %	2 250,00
	4.1.3.									300 %	1 350,00
	4.1.4.									250 %	1 125,00
	4.1.5.									150 %	675,00
	4.2.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	4.2.2.									100 %	450,00
	4.2.3.									50 %	225,00
	4.2.4.									75 %	337,50
	4.2.5.									13,5 %	56,25
	4.3.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	4.3.2.									25 %	112,50
	5.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1			54,63
	5.1.1.									200 %	900,00
	5.1.2.									25 %	112,50
	6.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	6.2.		3,65		3,65		3,65	1			3,65
	7.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	7.2.		9,13		9,13		9,13	1	50 %		4,56
	8.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	8.2.		18,25		18,25		18,25	1	95 %		0,91
	9.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %		27,31
	9.2.1.		18,25		18,25		18,25	1			18,25
	9.2.2.		3,65		3,65		3,65	1			3,65
	10.		6,33		6,33		6,33	1		100 %	12,66

Neste artigo, para além da taxa de apreciação do processo supra mencionada, inserem-se as taxas devidas pela ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo.

No que concerne à ocupação do solo, à semelhança da tipologia anterior, também nesta categoria as taxas foram calculadas com base no valor da área do solo do domínio público ocupada, o qual tem por referência o valor médio/m<sup>2</sup> de terreno para um período de capitalização de 5 anos e também de acordo com os custos directos em mão de obra e em consumíveis.

Relativamente à ocupação do subsolo as taxas foram calculadas com base no valor médio do volume do subsolo do domínio público ocupado que foi obtido tendo como suporte o valor normal de construção de caves e o pé direito das mesmas e uma taxa de capitalização de 10%.

Na fixação do valor de algumas das taxas foi adoptado o critério de desincentivo.

Assim:

a) No caso das antenas de operadoras de telecomunicações, é proposto um critério único de desincentivo face à afectação negativa da paisagem urbana;

b) No caso das ocupações de espaço aéreo mensuráveis por metro quadrado e por ano, é proposto um valor superior, pela maior afectação de domínio público;

c) No caso das ocupações por bombas abastecedoras de carburantes e plataformas de lavagem e outros serviços de apoio, porquanto a sua instalação está directamente ligada a uma actividade de impacto ambiental negativo.

De forma a garantir o princípio da proporcionalidade adoptou-se como referência o salário mínimo nacional para 2009.

Ocupação do solo e subsolo por actividades económicas:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 6.º . . . . .	1.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	90 %			5,46
	1.2.		1,38		1,38		1,38	1				1,38
	2.1.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %			27,31
	2.1.2.									24,3 %		109,50
	2.1.3.									40,6 %		182,50
	3.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %			27,31
	3.1.1.									1,3 %		6,00
	3.1.2.									1 %		4,50
	3.1.3.									0,67 %		3,00
	4.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %			27,31
	4.2.									5 %		22,50
	5.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63		50 %			27,31
	5.1.2.1.									10 %		45,00
	5.1.2.2.									50 %		225,00
	6.1.		1,38		1,38		1,38					1,38
	6.2.		0,05		0,05					100 %		0,10
	7.1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	50 %			27,31
	7.2.1.									5 %		22,50
	7.2.2.									1 %		4,50
	8.		6,33		6,33		6,33			100 %		12,66

Neste artigo, para além da taxa de apreciação do processo supra mencionada, inserem-se as taxas devidas pela ocupação do domínio público. Em algumas das ocupações fez-se incidir taxas de desincentivo a fim de evitar a ocupação intensiva do domínio público.

## SECÇÃO II

### Feiras e Mercados Municipais

O regime jurídico da actividade de comércio a retalho não sedentária, exercida por feirantes, em recintos públicos ou privados, onde se realizam feiras, foi alterado com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10/03.

A actual legislação vem estabelecer novas formas de atribuição do local de venda bem como na aplicação das respectivas taxas, que deverão ser calculadas por metro quadrado e de acordo com a classificação do recinto da feira.

Por outro lado, a atribuição de cartão de feirante deixou de ser da competência do Município, passando este a ser emitido pela Direcção-Geral das Actividades Económicas.

Neste contexto, procedeu-se à revisão das taxas aplicáveis no sector de feiras e mercados, tendo por base o critério dos custos suportados pelo Município na prestação dos respectivos serviços, havendo lugar a alterações pontuais nos valores apurados por aplicação de desincentivos ou incentivos, nos seguintes termos:

Licenças pela ocupação de locais em mercados municipais:

As taxas foram fixadas tendo em consideração os valores de custo da limpeza, desratização/desinfecção e da mão-de-obra utilizada.

O apuramento do custo de limpeza foi efectuado de acordo com o valor hora médio do pessoal utilizado, o valor dos equipamentos e consumíveis utilizados e os resíduos produzidos.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 7.º . . . . .	1.	4,06	1,19		5,25	0,06	5,31	1			1,33	6,64
	2.1.	13,16	2,46		15,62	6,55	22,17	1				22,17
	2.2.		6,26		6,26		6,26	1	50 %			3,13
	3.	0,44	0,08		0,52	0,22	0,74	1				0,74

Pela atribuição e ocupação de locais de venda em mercados municipais são cobrados dois tipos de taxas: a taxa de atribuição do local de venda, de aplicação única referente aos custos de abertura e análise do processo e emissão dos respectivos documentos; e a taxa de ocupação em lojas, bancas e arrecadações, apurada por metro quadrado e por mês.

Relativamente à taxa pela ocupação de lojas e bancas no Mercado da Afurada, foi aplicado um incentivo de 50 % sobre o total dos custos apurados, igualando ao valor aplicado no Mercado da Beira Rio.

A opção proposta tem como objectivo dar aos ocupantes do Mercado da Afurada oportunidades financeiras equivalentes aos ocupantes do Mercado da Beira Rio, não onerando aqueles com os custos acrescidos para o Município na manutenção do respectivo espaço.

Por outro lado, considera-se que a proximidade geográfica existente entre ambos os mercados bem como o facto de o Mercado da Afurada se localizar numa freguesia economicamente menos favorecida, de grande tradição na actividade do mercado, justifica, em nosso entender, que o Município assuma um custo social com o seu funcionamento.

Licenças pela ocupação de locais em feiras semanais:

À semelhança da categoria anterior, também neste artigo as taxas foram fixadas tendo em consideração os valores de custo da limpeza, desratização/desinfecção e da mão-de-obra utilizada.

O apuramento do custo de limpeza foi efectuado de acordo com o valor hora médio do pessoal utilizado, o valor dos equipamentos e consumíveis utilizados e os resíduos produzidos.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 8.º . . . . .	1.	4,06	1,19		5,25	0,06	5,31	1			1,33	6,64
	2.1.1.	0,05	6,17		6,22		6,22	1				6,22
	2.1.2.	0,05	6,17		6,22		6,22	1	50%			3,11
	2.2.1.	0,05	6,17		6,22		6,22	1				6,22
	2.2.2.		2,96		2,96		2,96	1				2,96
	3.1.	0,05	6,17		6,22		6,22	1	75%			1,56
	3.2.		0,74		0,74		0,74	1		50%		1,11

Pela atribuição e ocupação de locais de venda em feiras semanais são cobrados dois tipos de taxas: a taxa de atribuição do local de venda, de aplicação única referente aos custos de abertura e análise do processo e emissão dos respectivos documentos, e; a taxa de ocupação em lojas e locais de venda, apurada por metro quadrado e por mês, consoante a sua classificação.

O novo regime jurídico das feiras fixa uma nova fórmula de aplicação das taxas de ocupação do local de venda, estabelecendo que o apuramento da taxa seja efectuado por metro quadrado, contrariamente ao critério até agora praticado, que se reportava ao metro linear.

No contexto dos recintos de feiras deste Município, verifica-se que os locais de venda pré-delimitados não ocupam uma área equivalente entre si, o que, aplicando a nova fórmula de cálculo, conduz a valores de taxas por local de venda consideravelmente mais elevados do que os praticados até agora.

Assim, e sem alterar o método de cálculo das taxas adoptado, que é o método dos custos, e considerando o elevado peso social associado à aplicação das taxas em análise, propõe-se que o Município assuma o custo da respectiva diferença, aplicando um incentivo de 50% na respectiva taxa.

Emissão de Cartões para o exercício da actividade:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 9.º . . . . .	1.	6,26	3,40		9,66		9,66	1				9,66
	2.	6,26	2,40		8,66		8,66	1				8,66
	3.	6,26	1,66		7,92		7,92	1		50%		11,88

O critério aplicado no cálculo das taxas aplicáveis pela emissão de cartão de agricultor e de vendedor ambulante bem como pela sua renovação é o critério dos custos.

Todavia, a emissão de 2.ª via de ambos os cartões é onerada com a aplicação de uma taxa de desincentivo de 50%, agravando assim o valor

dos custos apurados, tendo como objectivo penalizar a falta de zelo e de cuidado dos seus detentores, procurando desincentivar esta conduta.

Averbamento:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 10.º . . . . .	1.	4,06	1,19		5,25	0,06	5,31	1		50%	1,33	9,29

À taxa aplicável pelo averbamento de novo titular de um local de venda envolve, para além dos custos administrativos calculados para a atribuição de um local de venda, a pesquisa e alteração das bases documentais arquivadas nos serviços, pelo que se propõe a aplicação

de uma taxa de desincentivo de 50%, que reflecte o encargo acrescido na prestação deste serviço.

Venda por grosso:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 11.º . . . . .		4,06	1,19		5,25	0,06	5,31				1,33	6,64
		0,05	6,17		6,22		6,22		50%			3,11

Neste artigo relativo à atribuição e ocupação de locais de venda em feiras semanais para venda por grosso são cobrados dois tipos de taxas: uma pela atribuição do local de venda, de aplicação única referente aos custos de abertura e análise do processo e emissão dos respectivos documentos, e outra, pela ocupação em locais de venda, apurada por metro quadrado e por mês, consoante a sua classificação.

À taxa de ocupação do local de venda em feiras semanais em venda por grosso foi aplicada uma taxa de incentivo de 50%, considerando

que o apuramento da taxa é actualmente efectuado por metro quadrado, à semelhança do que se aplica à venda a retalho, resultando em valores mais elevados com os praticados até agora, em que o cálculo é apurado por metro linear.

Por outro lado, sendo a venda por grosso cada vez mais escassa, consequência das alterações actuais na actividade económica, procurou-se não penalizar ainda mais as dificuldades sofridas por estes agentes económicos, propondo-se que o Município assuma o custo social da respectiva taxa.

## SECÇÃO III

## Trânsito, Estacionamento e Sinalização

Táxis:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 12.º . . . . .	1.	204,17	7,48		211,65	16,75	228,40	1		100 %	1,33	679,73
	2.	26,87	1,08		27,95	12,57	40,52	1			1,33	41,85
	3.	13,44	7,48		20,92	12,26	33,17	1			1,33	34,50

As taxas para licenças de Táxis foram fixadas com base no valor do salário mínimo nacional 2009.

Estacionamento de duração limitada:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 13.º . . . . .	1.	0,04	0,31		0,35		0,35	1		127 %		0,80
	2.	0,04	0,31		0,35		0,35	1		100 %		0,70

Na definição do valor das taxas relativas ao estacionamento de duração limitada, foi aplicado um coeficiente de desincentivo face à necessidade

de, em alguns casos, limitar o tráfego automóvel nas zonas urbanas mais densas e, noutros, disciplinar e regular o estacionamento.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 14.º . . . . .	1.1.	15,20	259,90		275,10	12,57	287,66	1		650 %	1,33	2 158,80
	1.2.	0,63	10,83		11,46	0,53	11,99	1		650 %		89,95
	2.1.	15,20	259,90		275,10	12,57	287,66	1		150 %	1,33	720,49
	2.2.	0,63	10,83		11,46	0,53	11,99	1		150 %		30,02

Estacionamento privativo em domínio público:

No estacionamento privativo em domínio público foi considerado um desincentivo de 650 % e de 150 % dado o benefício de que usufrui o particular em detrimento de terceiros.

Emissão de cartão de residente em zonas de estacionamento de duração limitada e sua utilização:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 15.º . . . . .		8,37	1,43		9,80	12,26	22,06	1			1,33	23,39

Para o valor desta taxa teve-se em consideração o custo associado à prestação de serviços em causa.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 16.º . . . . .	1.1.	29,52	16,03		45,55	12,72	58,27	1		20 %	1,33	71,25
	1.2.	29,52	16,03		45,55	12,72	58,27	1			1,33	59,60
	1.3.	13,44	16,03		29,47	12,26	41,72	1			1,33	43,05
	2.	0,04	0,31		0,35		0,35	1		100 %		0,70
	3.	3,42	25,60		29,02	0,16	29,17	1			1,33	30,50

Interrupção de trânsito e impedimento de estacionamento:

Nas interrupções de trânsito e impedimento de estacionamento aos custos acrescem coeficientes de desincentivo variáveis em função das zonas em que aquelas ocorram, dado prejudicarem a fluidez de trânsito e conflituarem directamente com interesses de terceiros.

Optou-se por aplicar uma taxa de desincentivo de 20 % no ponto 1.1. e nenhum desincentivo nos pontos 1.2. e 1.3., de forma a desincentivar esta prática na zona urbana.

Bloqueamento, remoção e depósito de veículos:

No que concerne ao bloqueamento de veículos, remoção de ciclomoteres, de veículos ligeiros, bem como de veículos pesados, e ainda ao depósito de veículo, pelo período de 24 horas ou parte, rege-se as disposições legais em vigor para a matéria, cobrando-se as devidas taxas.

## CAPÍTULO III

### Ambiente

#### SECÇÃO I

##### Ruído

Licenças Especiais de Ruído:

Nas licenças de ruído a aplicação de factores de desincentivo teve como objectivo acautelar o direito ao descanso de terceiros funcionando como um limitador do horário de funcionamento das actividades.

Assim, foram propostos factores de desincentivo variáveis em função das horas e dos dias da semana, tendo sendo como referência o salário mínimo nacional.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 18.º . . . . .	1.	36,56	6,79	0,00	43,35	2,46	45,81	1			1,33	47,14
	1.1.1.									4,9 %		22,00
	1.1.2.									6,4 %		28,60
	1.1.3.1									8,9 %		39,60
	1.1.3.2.									9,8 %		44,00
	1.1.3.3.									13,2 %		59,40
	2.	27,31	6,79	0,00	34,10	2,35	36,45	1			1,33	37,78
	2.1.1.									6,7 %		30,00
	2.1.2.									7,8 %		35,00
	3.	27,31	6,79	0,00	34,10	2,35	36,45	1			1,33	37,78
	3.1.1.									1,6 %		7,00
	3.1.2.									1,8 %		8,00
	4.	27,31	6,79	0,00	34,10	2,35	36,45	1			1,33	37,78
	4.1.1.											a)
	4.1.2.									26,7 %		120,00
	5.	27,31	6,79	0,00	34,10	2,35	36,45	1			1,33	37,78
	5.1.									1,6 %		7,00
	6.	27,31	6,79	0,00	34,10	2,35	36,45	1			1,33	37,78
	6.1.1.									1,6 %		7,00
	6.1.2.1.									2,3 %		10,50
	6.1.2.2.									4,7 %		21,00
	6.1.2.3.									7,8 %		35,00

a) Taxa inicial acrescida de 25 %.

Ensaio e medições acústicas:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 19.º . . . . .	1.	345,35	26,90	31,36	403,61	5,83	409,44	1			1,33	410,77
	2.	396,01	26,90	31,36	454,27	6,31	460,58	1			1,33	461,91
	3.1.	165,19	7,70	97,33	270,22	3,81	274,03	1			1,33	275,36
	3.2.	301,52	7,70	97,33	406,55	5,37	411,92	1			1,33	413,25
	4.	183,69	7,70	31,36	222,75	4,03	226,78	1			1,33	228,11
	5.	220,69	7,70	31,36	259,75	4,47	264,22	1			1,33	265,55
	6.	139,86	7,44	69,84	217,14	3,57	220,71	1			1,33	222,04
	7.1.	578,16	27,16	31,36	636,68	8,17	644,85	1			1,33	646,18
	7.2.	769,99	27,16	31,36	828,51	10,39	838,90	1			1,33	840,23
	8.											b)
	9.											b)
	10.	797,31	27,16	31,36	855,83	10,47	866,30	1			1,33	867,63
	11.											c)

b) Taxa inicial acrescida de 20 %.

c) 15 % do valor definido para o respectivo ensaio.

#### SECÇÃO II

##### Animais

Recolha, captura e hospedagem de animais:

Para as taxas referentes à recolha e captura de animais foi tido em consideração o peso médio do animal e como custo de

transporte o valor cobrado por kg pelo prestador de serviços da Autarquia.

Nas taxas referentes à hospedagem dos animais o valor dos produtos de limpeza foi obtido através da divisão dos gastos ano por 365 e tendo em conta a média diária de hospedagem de animais. Foram também considerados os custos com os alimentos, medicamentos e instalações utilizadas.



Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 20.º . . . . .	1.	1,61	13,76		15,37	0,03	15,40	1	20 %		1,33	13,65
	2.1.	6,83	8,93		15,76	6,60	22,36	1	25 %		1,33	18,10
	2.2.	8,44	8,55		16,99	6,63	23,62	1			1,33	24,95
	3.	27,32			27,32	7,20	34,52	1		20 %	1,33	42,75
	4.	6,34	3,16		9,50	0,10	9,60	1			1,33	10,93

Outros serviços:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 21.º . . . . .	1.1.							22,50			1,33	23,83
	1.2.							21,25			1,33	22,58
	2.	0,93	6,27	0,00	7,20	0,01	7,21	1			1,33	8,54
	3.1.1.1.							125,00			1,33	126,33
	3.1.1.2.							150,00			1,33	151,33
	3.1.1.3.							175,00			1,33	176,33
	3.1.2.							125,00			1,33	126,33
	3.2.1.							112,50			1,33	113,83
	3.2.2.							50,00			1,33	51,33

Com excepção do ponto 2., para o valor das restantes taxas teve-se em consideração o benefício auferido pelo particular, tendo como ponto de referência a média dos valores cobrada nos estabelecimentos particulares.

### SECÇÃO III

#### Limpeza, espaços verdes e danos no património

Limpeza Urbana:

*A desmatação e limpeza de terrenos insalubres e ou em risco de incêndio* — Os cálculos foram efectuados tendo por base o custo médio/hora das viaturas e dos equipamentos/utensílios e considerando uma área compreendida entre os 250 e os 23.000m<sup>2</sup>. Foi também aplicada uma taxa de desincentivo de 25 % para que o particular não recorra sistematicamente aos serviços da Autarquia, salvaguardando-se deste

modo a disponibilidade de meios para actuação nos espaços do domínio público;

*Poda ou abate de árvores em situação de risco, infringindo os Regulamentos Municipais e demais legislação* — Os cálculos foram efectuados tendo por base os custos médio/hora das viaturas, equipamentos/utensílios utilizados, o custo/tonelada de deposição de sobranes a destino final e considerando um peso médio de sobranes de 250kg/500kg. Também aqui foi aplicada uma taxa de desincentivo de 25 % para que o particular não recorra sistematicamente aos serviços da Autarquia salvaguardando-se deste modo a disponibilidade de meios para actuação nos espaços do domínio público;

*Utilização de equipamento* — Tratando-se de equipamentos de que a Autarquia não disponha, os valores apresentados são os praticados pela Empresa que actualmente presta esse tipo de serviço ao Município;

*Remoção de resíduos equiparados a domésticos, industriais e ou comércio* — Aplicou-se uma taxa de desincentivo de 25 % como forma de incentivo às Empresas para recurso a prestadores de serviços privados;

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 22.º . . . . .	1.1.	56,90	7,49		64,39	5,27	69,66	1			1,33	70,99
	1.2.1.	0,83	0,23	0,70	1,76	0,02	1,77	1		25 %		2,21
	1.2.2.	27,32	7,48	23,13	57,93	0,79	58,72	1		25 %		73,40
	2.1.	56,90	7,49	0,00	64,39	5,27	69,66	1			1,33	70,99
	2.2.	39,28	5,21	58,23	102,72	6,42	109,14	1		25 %		136,43
	2.3.	134,56	10,43	210,24	355,23	32,59	387,82	1		25 %		484,78
	3.	13,66	0,04	9,56	23,26	0,63	23,89	1		25 %		29,86
	4.	6,83	20,85	15,34	43,02	0,20	43,22	1				43,22
	5.1.			31,91	31,91		31,91	1				31,91
	5.2.			40,01	40,01		40,01	1				40,01
	5.3.			41,14	41,14		41,14	1				41,14
	5.4.			15,28	15,28		15,28	1				15,28
	5.5.			2,75	2,75		2,75	1				2,75
	5.6.			30,25	30,25		30,25	1				30,25
	5.7.			24,14	24,14		24,14	1				24,14
	5.8.			25,35	25,35		25,35	1				25,35
	5.9.	6,83			6,83		6,83	1				6,83
	6.1.	1,28	1,02	0,03	2,33	0,30	2,63	1				2,63
	6.2.	1,71	1,29	0,02	3,02	0,30	3,32	1				3,32
	6.3.	2,56	1,82	0,03	4,41	0,30	4,71	1				4,71
	6.4.	3,42	2,35	0,05	5,82	0,30	6,12	1				6,12
	6.5.	5,12	3,64	0,09	8,85	0,30	9,15	1				9,15
	6.6.	8,54	22,52	0,30	31,36	0,25	31,61	1				31,61

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
	6.7.	10,25	22,52	0,34	33,11	0,30	33,41	1				33,41
	7.1.		1,23		1,23		1,23	1		20%		1,48
	7.2.		2,45		2,45		2,45	1		20%		2,95
	7.3.		3,68		3,68		3,68	1		20%		4,42
	7.4.		8,18		8,18		8,18	1		20%		9,82
	8.1.	4,79	3,33	0,89	9,01	0,27	9,28	1	100%			0,00
	8.2.	4,79	3,33	0,89	9,01	0,27	9,28	1		30%	1,33	13,79

*Remoção de resíduos de jardins e ou objectos volumosos fora de uso, a solicitação dos particulares* — Aplicou-se uma taxa de incentivo para a recolha pelo primeiro m<sup>3</sup> de forma a estimular os munícipes a requerer aos serviços municipais a recolha de uma forma programada de objectos volumosos e evitar a deposição dos mesmos em espaço público a qualquer hora, isto por um lado. Por outro lado a partir da segundo m<sup>3</sup> de resíduos desincentivou-se essa pratica através da aplicação de uma taxa de 30% de forma a que os munícipes recorram mais frequentemente aos ecopontos para volumes de pequena dimensão.

Serviço de remoção de objectos colocados ilegalmente e trabalhos na via pública:

1 — Pelo serviço de remoção de anúncios e reclamos colocados ilegalmente na via pública ou nas fachadas dos prédios ou em locais visíveis da via pública, será cobrado o valor dos materiais, mão-de-obra e deslocações acrescidos de 20%;

2 — Pela remoção de barracas, *stands*, ou outras construções instaladas no domínio público ou privado do Município, sem licença ou autorização da Câmara, bem como pelos trabalhos efectuados na via pública a pedido do munícipe ou em sua substituição, cobrar-se-á um valor correspondente ao dispendido pela Câmara em materiais, mão-de-obra e deslocações acrescidos de 20%;

3 — Sempre que se verifiquem danos em bens do património municipal, arrecadar-se-á uma receita correspondente ao valor dispendido pela Câmara em materiais, mão-de-obra e deslocações acrescidos de 20%.

Prejuízos em espaços verdes e património municipal:

Aos custos de mão-de-obra e de consumíveis utilizados calculados de acordo com os restantes itens desta tabela acresce o custo médio do material utilizado. Nas taxas referidas nos pontos 1. e 2. ao valor obtido, conforme o aqui expresso, acresce a valoração da árvore ou arbusto calculada de acordo com a Norma de Granada (NG).

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 24.º . . . . .	1.	52,20	7,42		59,62	13,19	72,81	1				72,81+NG
	2.	52,20	7,42		59,62	13,19	72,81	1				72,81+NG
	3.	0,82	13,47		14,29	0,52	14,80	1				14,80
	4.	6,28	25,57		31,85	0,23	32,08	1				32,08
	5.											d)

d) (7,42€ + cm) + (tr × 21,42€).

## CAPÍTULO IV

### Bombeiros e Protecção Civil

Utilização de material:

Nos custos de mão-de-obra e de consumíveis utilizados, calculados de acordo com os restantes itens desta tabela, foi também considerado o custo de manutenção e o combustível gasto nos equipamentos.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 25.º . . . . .	1.	52,80	120,00	62,91	235,71		235,71	1			1,33	237,04
	2.1.	88,86		35,31	124,17		124,17	1			1,33	125,50
	2.2.	88,86		11,07	99,93		99,93	1			1,33	101,26
	2.3.	64,82		11,07	75,89		75,89	1			1,33	77,22
	3.1.	64,82		4,36	69,18		69,18	1			1,33	70,51
	3.2.	76,84		4,36	81,20		81,20	1			1,33	82,53
	3.3.	40,78		4,36	45,14		45,14	1			1,33	46,47
	4.	40,78		0,31	41,09		41,09	1			1,33	42,42
	5.	52,80		19,82	72,62		72,62	1			1,33	73,95

Outros Serviços:

Nesta tipologia os serviços de abertura de portas, vedações e semelhantes, sem emergência são imputadas taxas de desincentivos de 50% nos pontos 1.1.2. e 1.2.1., e 100% no ponto 1.2.2.. A taxa de desincentivo

é aplicada em função do horário, e em função da deslocação se efectuar com abertura ou sem abertura. Importa ainda referir que nos pontos 4.1. e 6.1., o Município assume o custo a 100%, de forma a tornar gratuitas aquelas prestações de serviços.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 26.º . . . . .	1.1.1.	40,78		4,36	45,14		45,14	1			1,33	46,47
	1.1.2.	52,80		4,36	57,16		57,16	1		50 %	1,33	87,07
	1.2.1.	52,80		4,36	57,16		57,16	1		50 %	1,33	87,07
	1.2.2.	52,80		4,36	57,16		57,16	1		100 %	1,33	115,65
	2.	40,78			40,78		40,78	1			1,33	42,11
	3.	76,84		35,31	112,15		112,15	1			1,33	113,48
	4.1	40,78		2,55	43,33		43,33	1	100 %			0,00
	4.2.	40,78		2,55	43,33		43,33	1			1,33	44,66
	4.3.	40,78	7,00	2,55	50,33		50,33	1			1,33	51,66
	5.	40,78		4,36	45,14		45,14	1			1,33	46,47
	5.1.		10,00		10,00		10,00	1				10,00
	6.1.	52,80		35,31	88,11		88,11	1	100 %			0,00
	6.2	52,80		35,31	88,11		88,11	1			1,33	89,44
	7.	47,26		3,12	50,38		50,38	1			1,33	51,71
	8.	76,84		35,31	112,15		112,15	1			1,33	113,48
	9.	40,78		2,55	43,33		43,33	1			1,33	44,66
	10.1.	1.162,50	450,00		1.612,50		1.612,50	1			1,33	1 613,83
	10.2.	544,46	330,00		874,46		874,46	1			1,33	875,79
	10.3.	998,20	750,00		1.748,20		1.748,20	1			1,33	1 749,53
	10.4.	1.497,30	750,00		2.247,30		2.247,30	1			1,33	2 248,63
	11.	47,26			47,26		47,26	1			1,33	48,59
	12.	52,80		0,31	53,11		53,11	1			1,33	54,44

## CAPÍTULO V

**Polícia municipal**

Prestação de serviços pela Polícia Municipal:

1 — O custo/hora da mão-de-obra foi acrescido de 37,5 % nos dias úteis das 8 às 20h e de 100 % nos dias úteis das 20 às 8h, nos feriados e

fins-de-semana. Estes acréscimos verificados no valor/hora prendem-se com a necessidade de utilização de pessoal que não está ao serviço no momento das ocorrências;

2 — O valor atribuído à utilização de reboque é o constante da Portaria n.º 1424/2001, de 13 de Dezembro, para remoção de veículos ligeiros dentro de uma localidade.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 27.º . . . . .	1.1.1.	14,55			14,55		14,55	1				14,55
	1.2.2.	18,11			18,11		18,11	1				18,11
	1.2.1.	8,11			8,11		8,11	1				8,11
	1.2.2.	10,05			10,05		10,05	1				10,05
	2.1.			2,00	2,00		2,00	1				2,00
	2.2.			4,12	4,12		4,12	1				4,12
	2.3.			50,00	50,00		50,00	1				50,00

## CAPÍTULO VI

**Taxas diversas**

## SECÇÃO I

**Actividades Diversas**

Actividades previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25.11 e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro:

Nas taxas de exploração de máquinas de diversão foram aplicados valores baseados no critério de desincentivo, porque as mesmas respeitam a actividades que podem ser lesivas dos interesses de terceiros;

As taxas fixadas para a emissão de licenças para a realização de provas desportivas, arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos, tiveram em consideração os custos directos associados ao acto administrativo;

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 28.º . . . . .	1.	13,92	2,20		16,12	0,38	16,50	1				16,50
	2.	13,92	2,20		16,12	0,38	16,50	1				16,50
	3.1.	16,74	8,28		25,02	0,58	25,60	1		390,6 %		125,60
	3.2.	16,74	8,28		25,02	0,58	25,60	1		195,3 %		75,60
	3.3.	12,56	0,64		13,20	0,44	13,63	1		733,8 %		113,63

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
	3.4.	12,56	2,97		15,53	0,44	15,96	1				15,96
	4.	29,69	4,17		33,86	0,78	34,64	1				34,64
	5.	27,18	2,43		29,61	0,70	30,31	1				30,31
	6.	13,92	1,92		15,84	0,38	16,22	1				16,22

## SECÇÃO II

## Utilização de viaturas e bens do município

Utilização de viaturas municipais:

Ao cálculo das taxas de utilização de Viaturas Municipais presidiu o respectivo custo/Km, bem como o custo/km do motorista.

Para autocarros o valor foi obtido tendo por referência a média de Km por ano e veículo, custos de manutenção, mão-de-obra, combustível, seguro e valor comercial.

Para viaturas ligeiras de passageiros o valor considerado foi o fixado na Portaria n.º 30-A/2008, de 10 de Janeiro.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 29.º . . . . .	1.1.			0,81	0,81		0,81	1				0,81
	1.2.			0,40	0,40		0,40	1				0,40
	2.1.	6,82			6,83		6,83	1				6,83
	2.2.	13,66			13,66		13,66	1				13,66

Utilização de bens municipais:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 30.º . . . . .	1.1.	13,66	26,08		39,74	0,62	40,36	1				40,36
	1.2.	27,32	52,20		79,52	1,24	80,76	1				80,76
	2.1.	54,64	25,60		80,24	2,48	82,72	1				82,72
	2.2.		5,59		5,59		5,59	1				5,59

Ao cálculo das taxas de utilização de Bens Municipais presidiu o respectivo custo que foi obtido tendo por referência os valores dos custos com transporte, mão-de-obra utilizada e, ainda, o valor das amortizações dos bens.

Guarda e depósito de bens:

As taxas foram fixadas, tendo em consideração os valores dos custos com transporte e mão-de-obra utilizada e, ainda, o valor das instalações utilizadas por metro quadrado e dia.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 31.º . . . . .	1.							1				40,00
	2.							1				0,20
	3.							1				e)

e) Valor fixado por portaria.

Cedência do Auditório da Assembleia Municipal:

Foi introduzido um factor de desincentivo de 30,00€ (0,25€ por lugar — 120 lugares), pela perda de utilização daquele espaço pelos Serviços Municipais.

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 32.º . . . . .	1.1.	27,14	1,01		28,15	0,72	28,87	1		4,29	1,33	34,49
	1.2.	51,49	1,01		52,50	0,72	53,22	1		4,29	1,33	58,84
	2.	51,49	1,01		52,50	0,72	53,22	1		4,29	1,33	58,84

## SECÇÃO III

## Outras Taxas

Registo de cidadãos da União Europeia:

A Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, conferiu às Câmaras Municipais competências para proceder ao registo que formaliza o direito de residência dos cidadãos da União Europeia, continuando a pertencer ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras o controlo da permanência e de actividade de estrangeiros em território nacional, bem como a gestão e a comunicação de dados relativos à parte Nacional do Sistema de Informação Schengen (NSIS) e de outros sistemas de informação co-

muns aos Estados Membros da União Europeia, no âmbito do controlo da circulação de pessoas.

O artigo 29.º estabelece que são devidas taxas pela emissão dos vários certificados, documentos e cartões exigidos pela lei; no que concerne em particular ao certificado de registo o n.º 2 fixa que o produto da respectiva taxa, sempre que efectuado junto da Câmara Municipal, reverte em 50 % para o município e 50 % para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

As taxas fixadas dizem respeito apenas à componente municipal de 50 % do montante total devido e fixado pelo n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 1637/2006, a saber: “pela emissão de documentos € 7.00 e € 7.50 para a emissão dos mesmos documentos em caso de extravio, roubo ou deterioração.”

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Guia de Receita	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total							
Artigo 33.º . . . . .	1.1.											3,50
	1.2.											3,50
	1.3.											3,50
	2.											3,75

Comissão Arbitral Municipal:

A Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, estabelece o Novo Regime de Arrendamento Urbano e introduz um regime especial de actualização extraordinária do valor das rendas antigas, ou seja, para os contratos de arrendamento habitacionais celebrados antes de 18 de Novembro de 1990 e para os contratos não habitacionais celebrados antes de 5 de Outubro de 1995.

O Decreto-Lei n.º 161/06, de 8 de Agosto, regulamenta as Comissões Arbitrais Municipais (CAM), que constituem entidades oficiais, não judiciárias e com autonomia funcional, compostas por representantes de diversas entidades, entre eles, um representante da Câmara Municipal, que preside.

Constituem encargo do Município as despesas necessárias ao funcionamento da CAM, nomeadamente, com a disponibilização de instalações, meios administrativos, humanos e materiais de apoio, bem como a remuneração de técnicos responsáveis pelas vistorias e dos responsáveis pelos processos de arbitragem, nos termos e montantes legalmente definidos nos artigos 13.º e 16.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, podendo a Assembleia Municipal fixar outros valores.

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 161/06, constituem receitas municipais a afectar ao funcionamento da CAM as taxas a cobrar pela determinação do coeficiente de conservação, pela definição das obras necessárias para obtenção de nível de conservação superior e pela submissão de um litígio a decisão da CAM.

As taxas são fixadas em função de unidades de conta (a qual se encontra definida no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 212/89, de 30 de Junho e é actualizada trienalmente. O seu valor corresponde a um quarto (¼) da retribuição mínima mensal mais elevada que tiver vigorado no dia 1 de Outubro do ano anterior, arredondado para a unidade de euro mais próxima. Uma vez que a remuneração mínima nacional para o ano de 2006 se fixou nos € 385,90, a unidade de conta processual para o triénio 2007/2009 é de 96,00€).

## CAPÍTULO VII

## Publicidade e identificação

De acordo com a metodologia adoptada, foi definido o valor das taxas que teve em conta o custo da contrapartida.

Consideraram-se custos directos os resultantes do trabalho administrativo, análise e elaboração de informação técnica e, sempre que necessários, os custos de impressão e elaboração de documentos (papel+tintas/toner+amortização de equipamento). Os custos das deslocações técnicas, por dificuldade de indexar directamente ao procedimento foram englobados nos custos indirectos.

A fim de evitar a proliferação e instalação intensiva de alguns suportes contendo mensagens publicitárias, foram introduzidos coeficientes de desincentivo nalgumas taxas, atentos à poluição ambiental sonora e visual, associada a este tipo de actividade. Em oposição, criaram-se factores de incentivo quando apenas esteja em causa suportes contendo mensagens meramente identificativas.

Em algumas das taxas previstas nesta secção, existe uma fase de apreciação dos processos, que foi obtida pelos custos inerentes à sua apreciação. Taxa essa em que o Município, dado tratar-se de uma taxa nova, decidiu assumir o custo social no valor de 63,40%. No entanto, este custo social, e atentos aos argumentos aduzidos anteriormente, só é assumido pelo Município, quando apenas se trate de meios identificadores e ou de publicidade sem grande impacto ambiental, pois se houver possibilidade desses mesmos meios conterem mensagens publicitárias que provoquem alterações substanciais em termos ambientais, sonoros e ou visuais, esse custo social deixa de ser suportado pelo Município.

O mesmo critério de desincentivo incidiu na taxa relativa à ocupação, a fim de evitar a instalação intensiva no Concelho de suportes contendo publicidade e nos casos em haja ocupação da via pública, de forma a evitar os transtornos que causam na mobilidade de pessoas.

Letreiros, tabuletas e frisos:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 35.º . . . . .	1.	33,70	8.05		41,75	12,88	54,63	1	63,4 %		20,00
	2.1.1.	8,57	0,19		8,76	2,08	10,84	1		16 %	12,57
	2.1.2.	8,57	0,19		8,76	2,08	10,84	1	26 %		8,02
	2.2.1.	8,57	0,19		8,76	2,08	10,84	1		269 %	40,00
	2.2.2.	8,57	0,19		8,76	2,08	10,84	1		85 %	20,05
	2.3.1.	8,57	0,19		8,76	2,08	10,84	1			10,84
	2.3.2.	8,57	0,19		8,76	2,08	10,84	1	31 %		7,48
	2.4.1.	8,57	0,19		8,76	2,08	10,84	1		144 %	26,45
	2.4.2.	8,57	0,19		8,76	2,08	10,84	1		38 %	14,96
	3.									17 %	76,50
	4.	1,87			1,87	0,12	1,99	1		260 %	7,16
	5.										f)

f) 1/10 do valor.

## Totens:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 36.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.1.1.	10,90	0,19		11,09	2,08	13,17	1		14%	15,01
	2.1.2.	10,90	0,19		11,09	2,08	13,17	1		75%	23,05
	2.2.1.	10,90	0,19		11,09	2,08	13,17	1			13,17
	2.2.2.	10,90	0,19		11,09	2,08	13,17	1		52%	20,02
	3.									17%	76,50

## Placas:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 37.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.	9,79	0,19		9,98	2,08	12,06	1			12,06
	3.									10%	45,00

## Pictogramas:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 38.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.1.	12,73	0,19		12,92	2,08	15,00	1			15,00
	2.2.	12,73	0,19		12,92	2,08	15,00	1		67%	25,05
	2.3.	2,58	0,19		2,77	2,08	4,85	1		110%	10,19
	3.									10%	45,00

## Toldos:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 39.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.1.	7,90	0,19		8,09	2,08	10,17	1			10,17
	2.2.									10%	45,00

## Suportes Electrónicos:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 40.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1			54,63
	2.	7,90	0,19		8,09	2,08	10,17	1		687%	80,04

## Bandeiras, bandeiras e pendões:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 41.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.1.1.	6,75	0,19		6,94	2,08	9,02	1			9,02
	2.1.2.	6,75	0,19		6,94	2,08	9,02	1		200%	27,06

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
	2.2.1.	6,75	0,19		6,94	2,08	9,02	1		260 %	32,47
	2.2.2.	6,75	0,19		6,94	2,08	9,02	1		366 %	42,03

Telas:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 42.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1			54,63
	2.1.	8,32	0,19		8,51	2,08	10,59	1			10,59
	2.2.	8,32	0,19		8,51	2,08	10,59	1		99 %	21,07

Publicidade em painéis:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 43.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1			54,63
	2.1.1.	21,98	1,09		23,07	2,08	25,15	1		39 %	34,96
	2.1.2.	21,98	1,09		23,07	2,08	25,15	1		99 %	50,05
	2.2.1.	21,98	1,09		23,07	2,08	25,15	1		179 %	70,17
	2.2.2.	21,98	1,09		23,07	2,08	25,15	1		298 %	100,10
	2.3.1.	21,98	1,09		23,07	2,08	25,15	1			25,15
	2.3.2.	21,98	1,09		23,07	2,08	25,15	1		99 %	50,05
	2.4.1.	21,98	1,09		23,07	2,08	25,15	1		298 %	100,10
	2.4.2.	21,98	1,09		23,07	2,08	25,15	1		497 %	150,15
	2.5.		5,00		5,00		5,00	1			5,00

Publicidade em painéis monoposte de pequenas e média dimensões:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 44.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1			54,63
	2.1.	13,77	2,00		15,77	2,16	17,93	1		235 %	60,07
	2.2.	13,77	2,00		15,77	2,16	17,93	1		402 %	90,01
	3.1.	13,77	2,00		15,77	2,16	17,93	1		124 %	40,16
	3.2.	13,77	2,00		15,77	2,16	17,93	1		235 %	60,07

Publicidade em MUPI's:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 45.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1			54,63
	2.1.	13,77	2,00		15,77	2,28	18,05	1		94 %	35,02
	2.2.	13,77	2,00		15,77	2,28	18,05	1		177 %	50,00

Cartazes e semelhantes:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 46.º . . . . .		13,77	0,19		13,96	2,08	16,04	1		125 %	36,09

## Suportes relativos a venda e arrendamento:

Designação da Taxa	Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
	Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 47.º	3,82	0,19		4,01	2,08	6,09	1			6,09

## Direccionadores:

Designação da Taxa	Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
	Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 48.º	1.	33,70	8,05	41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.1.	47,75	0,19	47,94	2,08	50,02	1			50,02
	2.2.	47,75	0,19	47,94	2,08	50,02	1		56%	78,03

## Inscrições em veículos:

Designação da Taxa	Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
	Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 49.º	1.	33,70	8,05	41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.1.	10,90	0,19	11,09	2,08	13,17	1		113%	28,05
	2.2.	10,90	0,19	11,09	2,08	13,17	1		394%	65,06
	2.3.	10,90	0,19	11,09	2,08	13,17	1		660%	100,09
	2.4.	10,90	0,19	11,09	2,08	13,17	1		303%	53,08
	2.5.	10,90	0,19	11,09	2,08	13,17	1		508%	80,07
	3.	14,65	0,19	14,84	8,41	23,25	1		202%	70,22
	4.	3,24	0,19	3,43	2,08	5,51	1			5,51

## Insufláveis e meios aéreos:

Designação da Taxa	Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
	Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 50.º	1.	33,70	8,05	41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.1.	0,57	0,38	0,95	2,08	3,03	1			3,03
	2.2.	0,57	0,38	0,95	2,08	3,03	1		100%	6,06€

## Mensagens sonoras:

Designação da Taxa	Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
	Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 51.º	1.	33,70	8,05	41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.	11,34	0,38	11,72	2,08	13,80	1		40%	19,32

## Acções promocionais:

Designação da Taxa	Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
	Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 52.º	1.	33,70	8,05	41,75	12,88	54,63	1	63,4%		20,00
	2.1.	12,56	0,19	12,75	8,46	21,21	1		396%	105,20
	2.2.	12,56	0,19	12,75	8,46	21,21	1		150%	53,03
	2.3.	12,56	0,19	12,75	2,08	14,83	1		150%	37,08



Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
	2.4.	3,01			3,01	2,08	5,09	1			5,09
	2.5.	12,56	0,19		12,75	2,08	14,83	1		136 %	35,00

Outros suportes de identificação e publicidade:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 53.º . . . . .	1.	33,70	8,05		41,75	12,88	54,63	1	63,4 %		20,00
	2.1.	1,06	0,19		1,25	0,32	1,57	1			1,57
	2.2.	4,24	0,19		4,43	2,08	6,51	1			6,51
	3.1.	0,71	0,38		1,09	2,08	3,17	1			3,17
	3.2.	15,54	0,38		15,92	2,08	18,00	1			18,00
	4.1.	1,06	0,19		1,25	0,32	1,57	1			1,57
	4.2.	6,75	0,19		6,94	2,08	9,02	1			9,02

Alteração de mensagem publicitária:

Designação da Taxa		Custos Directos				Custos Indirectos	Total de Custos	Benefício Auferido pelo Particular	Custo Social Suportado pelo Município	Taxa de Desincentivo	Valor da Taxa
		Mão-de-Obra Directa	Materiais e Outros Custos	Máquinas e Viaturas	Total						
Artigo 54.º . . . . .	1.	8,91	0,19		9,10	2,08	11,18	1			11,18
	2.	5,73	0,19		5,92	2,08	8,00	1			8,00
	3.	2,83	0,19		3,02	2,08	5,10	1			5,10

Publicidade e identificação instalada:

Nos casos previstos no artigo 15.º n.º 2 do Regulamento de Publicidade e Defesa da paisagem é devida a taxa prevista para cada licenciamento, acrescida de 25 %.

Neste caso pretendeu-se penalizar, através de uma taxa de desincentivo o sujeito passivo incumpridor.

## ANEXO II

### Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município

Em euros

## CAPÍTULO I

### Prestação de serviços administrativos e concessão de documentos

#### Artigo 1.º

#### Emissão e concessão de documentos

Pela emissão e concessão de documentos, são devidas as seguintes taxas:

1 — Concessão de alvarás e averbamentos não especialmente contemplados na presente Tabela, atestados ou documentos análogos e suas confirmações, autos ou termos de qualquer espécie, com excepção dos de posse de funcionários e agentes e outros serviços ou actos não especialmente previstos neste artigo ou fixados em legislação especial . . . . .	7,86
2 — Certidões de narrativa ou de teor:	*
2.1 — Não excedendo uma lauda . . . . .	10,76
2.2 — Por cada lauda a mais . . . . .	3,09
3 — Certidões que impliquem deslocação. . . . .	21,51
4 — Emissão de horário de estabelecimento:	*
4.1 — Pelo horário de funcionamento . . . . .	13,51

Em euros

4.2 — Pelo prolongamento do horário de funcionamento . . . . .	35,05
5 — Por cada fotocópia autenticada:	*
5.1 — Formato A4 . . . . .	5,69
5.2 — Formato A3 . . . . .	6,45
6 — Fotocópias simples:	*
6.1 — Formato A4: . . . . .	*
6.1.1 — Preto e Branco . . . . .	0,04
6.1.2 — Cores . . . . .	0,18
6.2 — Formato A3: . . . . .	*
6.2.1 — Preto e Branco . . . . .	0,05
6.2.2 — Cores . . . . .	0,28
7 — Fornecimento de segundas vias de documentos . . . .	7,14
8 — Rubricas em livros, processos e documentos, quando legalmente exigidas . . . . .	4,23
9 — Termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade . . . . .	4,23
10 — Termos de entrega de documentos juntos a processos, cuja restituição haja sido autorizada . . . . .	8,05
11 — Pedido de desistência da pretensão . . . . .	5,69
12 — Pedido de urgência . . . . .	10,00
13 — Pedido da exoneração de responsabilidade, de baixa, de licenças e semelhantes. . . . .	7,33
14 — Emissão de cartão de vendedor de lotaria . . . . .	12,59
15 — Licença de funcionamento de recintos itinerantes e ou improvisados . . . . .	17,86
16 — Confiança de processo para fins judiciais ou outros, quando autorizado, por cada período de cinco dias . . . . .	18,05
17 — Fornecimento de cópias ou outras reproduções em elementos de suporte informático:	*
17.1 — Cd-RW, com capacidade de, pelo menos, 650 MB, norma ISO 9660, custo por unidade. . . .	8,65

17.2 — Cd-R, com capacidade de, pelo menos, 650 MB, norma ISO 9660, custo por unidade . . . . .	8,15
18 — Outros serviços não previstos . . . . .	7,86

#### Artigo 2.º

##### Serviços do Arquivo Municipal

Pela reprodução de documentos que se encontrem no Arquivo Municipal, são devidas as seguintes taxas:

1 — Documentos textuais: *	
1.1 — Impressão A4 e A3 p&b e cor simples de documento textual . . . . .	2,92
1.2 — Impressão A4 e A3 p&b e cor autenticadas de documento textual . . . . .	3,62
2 — Documentos fotográficos: *	
2.1 — Impressão Ink-jet A4 e A3 p&b e cor papel normal . . . . .	6,30
2.2 — Impressão Ink-jet A4 p&b papel fotográfico . . . . .	8,44
2.3 — Impressão Ink-jet A4 cor papel fotográfico . . . . .	8,46
2.4 — Impressão Ink-jet A3 p&b papel fotográfico . . . . .	9,62
2.5 — Impressão Ink-jet A3 cor papel fotográfico . . . . .	9,66
3 — Documentos desenhados e cartográficos: *	
3.1 — Fotocópia A4 p&b simples de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	2,90
3.2 — Impressão A4 p&b simples de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	2,97
3.3 — Fotocópia A4 p&b e cor autenticados de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	3,58
3.4 — Impressão A4 p&b e cor autenticados de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	3,67
3.5 — Fotocópia A3 p&b simples de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	3,70
3.6 — Impressão A3 p&b e cor simples de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	3,03
3.7 — Fotocópia A3 p&b e cor autenticada de documentos Desenhados e ou cartográficos . . . . .	3,64
3.8 — Impressão A3 p&b e cor autenticada de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	3,73
3.9 — Fotocópia A3 cor simples de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	2,94
3.10 — Fotocópias e impressão superiores a A3 simples e autenticadas de documentos desenhados e ou cartográficos . . . . .	4,25

#### Artigo 3.º

##### Vistorias

No que concerne a vistorias a efectuar pelos serviços municipais, são devidas as seguintes taxas:

1 — Pelas vistorias a efectuar nos termos do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação . . . . .	160,63
2 — Vistorias de certificação do estado de conservação do edifício, por cada artigo matricial ou fracção . . . . .	150,00
3 — Vistorias a efectuar em recintos de espectáculos ou de outros divertimentos públicos, em recintos itinerantes e ou improvisados, cobrar-se-á a seguinte taxa, por cada . . . . .	25,32
4 — Vistorias a unidades móveis de transporte e ou venda de alimentos, incluindo roulottes, auto caravanas e carrinhas bar, por cada . . . . .	25,32
5 — Outras Vistorias não previstas nos números anteriores . . . . .	25,32

## CAPÍTULO II

### Gestão do espaço público

#### SECÇÃO I

##### Utilização da via pública, subsolo e outros espaços públicos

#### Artigo 4.º

##### Ocupação da via pública por motivos de obras

Pela ocupação da via pública, por motivo de obras, com excepção das obras de conservação, são devidas as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação do processo. . . . .	27,31
--	-------

Em euros		Em euros
2 — Pela ocupação da via pública delimitada por resguardos, tapumes ou outros, por m² da superfície da via pública e por mês ou fracção: *		
2.1 — Até 1 metro de largura. . . . .		4,50
2.2 — Com mais de 1 metro de largura. . . . .		9,00

3 — Andaimos, por andar ou pavimento a que correspondam, por metro linear e por mês ou fracção. . . . .	1,50
4 — Pela ocupação da via pública com abertura de vala, por m² e por dia . . . . .	0,50
5 — Veículo pesado para carga e descarga de materiais ou auto grua, por veículo e por dia . . . . .	23,88
6 — Com guindastes, gruas e semelhantes, incluindo a projecção sobre a via pública, por unidade e por mês ou fracção. . . . .	112,50
7 — Outras ocupações por motivos de obras, por m² e por dia. . . . .	0,50
8 — Se a ocupação ocorrer em zona de estacionamento de duração limitada, acresce por lugar e por dia . . . . .	12,66

#### Artigo 5.º

##### Ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo

Pela ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo, são devidas as seguintes taxas:

1 — Antenas: *	
1.1 — De operadoras de telecomunicações: *	
1.1.1 — Pela apreciação do processo. . . . .	27,31
1.1.2 — Instaladas no domínio público, por cada e por ano . . . . .	1 350,00
1.1.3 — Instaladas em propriedades particulares, com projecção para o domínio público, por cada e por ano . . . . .	900,00
2 — Toldos, por metro linear de frente ou fracção, e por ano ou fracção: *	
2.1 — Pela apreciação do processo . . . . .	27,31
2.1.1 — Até 1 metro de avanço . . . . .	4,50
2.1.2 — Com mais de 1 metro de avanço . . . . .	6,75
3 — Outras ocupações do espaço aéreo: *	
3.1 — Pela apreciação do processo . . . . .	27,31
3.2 — Acresce por ano: *	
3.2.1 — Quando mensuráveis por metro linear . . . . .	4,50
3.2.2 — Quando mensurável por metro quadrado . . . . .	45,00
4 — Pela instalação das bombas abastecedoras, por cada e por ano: *	
4.1 — Bombas de carburantes líquidos: *	
4.1.1 — Pela apreciação do processo. . . . .	27,31
4.1.2 — Quando instaladas inteiramente na via pública . . . . .	2 250,00
4.1.3 — Quando instaladas em propriedade particular, com depósito na via pública. . . . .	1 350,00
4.1.4 — Quando instaladas na via pública, com depósito em propriedade particular . . . . .	1 125,00
4.1.5 — Quando instaladas inteiramente em propriedade particular, com abastecimento na via pública . . . . .	675,00
4.2 — Bombas de ar ou de água: *	
4.2.1 — Pela apreciação do processo. . . . .	27,31
4.2.2 — Quando instaladas inteiramente na via pública . . . . .	450,00
4.2.3 — Quando instaladas na via pública, com depósito ou compressor em propriedade particular . . . . .	225,00
4.2.4 — Quando instaladas em propriedade particular, com compressor na via pública . . . . .	337,50
4.2.5 — Quando instaladas em propriedade particular, com abastecimento na via pública . . . . .	56,25
4.3 — Bombas volantes: *	
4.3.1 — Apreciação do processo . . . . .	27,31
4.3.2 — Por cada bomba volante que abasteça na via pública . . . . .	112,50

	Em euros		Em euros
5 — Com plataformas de lavagem e outros serviços de apoio, por cada uma e por ano ou fracção:		2.3.2 — Acresce por unidade e por mês . . . . .	22,50
5.1 — Apreciação do processo. . . . .	27,31	2.4 — Por veículo estacionado na via pública para o exercício do comércio industria e prestação de serviços, incluindo <i>roulottes</i> , autocaravanas e carrinhas bar:	*
5.1.1 — Instalada total ou parcialmente na via pública . . . . .	900,00	2.4.1 — Pela apreciação do processo. . . . .	27,31
5.1.2 — Instalada inteiramente em propriedade particular . . . . .	112,50	2.4.2 — Acresce por veículo e por dia:	*
6 — Postos de transformação, cabines eléctricas, armários ou semelhantes, por m³ e por ano:	*	2.4.2.1 — Veículos ligeiros, reboques, semi-reboques . . . . .	45,00
6.1 — Pela apreciação do processo . . . . .	27,31	2.4.2.2 — Veículos pesados . . . . .	225,00
6.2 — Acresce por m³ e por ano . . . . .	3,65	2.5 — Por recintos itinerantes e ou improvisados, por m² e por dia:	*
7 — Postes e marcos de correio, por unidade e por ano:	*	2.5.1 — Ocupação até 500 m² . . . . .	1,38
7.1 — Pela apreciação do processo . . . . .	27,31	2.5.2 — Ocupação superior a 500 m², por cada m² a mais . . . . .	0,10
7.2 — Acresce por unidade e por ano . . . . .	4,56	3 — Outras Ocupações do solo e subsolo:	*
8 — Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes por metro linear e por ano:	*	3.1 — Pela apreciação do processo . . . . .	27,31
8.1 — Pela apreciação do processo . . . . .	27,31	3.2 — Acresce por ano:	*
8.2 — Acresce por metro linear e por ano . . . . .	0,91	3.2.1 — Quando se trate da ocupação do solo, por m² . . . . .	22,50
9 — Outras Ocupações do solo e subsolo:	*	3.2.2 — Quando se trate de ocupação do subsolo, por m³ . . . . .	4,50
9.1 — Pela apreciação do processo . . . . .	27,31	4 — Se a ocupação ocorrer em zona de estacionamento de duração limitada, acresce por lugar e por dia . . . .	12,66
9.2 — Acresce por ano:	*		
9.2.1 — Quando se trate da ocupação do solo, por m² . . . . .	18,25		
9.2.2 — Quando se trate de ocupação do subsolo, por m³ . . . . .	3,65		
10 — Se a ocupação ocorrer em zona de estacionamento de duração limitada, acresce por lugar e por dia . . . .	12,66		

*Nota.* — Quando exista a ocupação simultânea e coincidente do solo e do subsolo, dever-se-á apenas considerar a taxa relativa à ocupação do solo.

#### Artigo 6.º

##### Ocupação do solo e subsolo por actividades económicas

Pela ocupação do solo e do subsolo, para o exercício de actividades económicas, são devidas as seguintes taxas:

1 — Por motivos culturais, de festejos, festas tradicionais organizadas pelo Município ou outras celebrações:	*
1.1 — Pela apreciação do processo . . . . .	5,46
1.2 — Acresce por dia e por m²: . . . . .	1,38
2 — Para o exercício de comércio, indústria e prestação de serviços:	*
2.1 — Com quiosques, <i>stands</i> ou similares:	*
2.1.1 — Pela apreciação do processo. . . . .	27,31
2.1.2 — De carácter permanente, por m² ou fracção, e por ano ou fracção. . . . .	109,50
2.1.3 — De carácter temporário, por m² ou fracção, e por ano ou fracção. . . . .	182,50
2.2 — Esplanadas:	*
2.2.1 — Pela apreciação do processo. . . . .	27,31
2.2.2 — Fechadas, fixas ou amovíveis, não integradas nos edifícios, por m² ou fracção, e por mês ou fracção . . . . .	6,00
2.2.3 — Autónomas, por m² ou fracção, e por mês ou fracção. . . . .	4,50
2.2.4 — Abertas, incluindo mesas e guarda-sóis, com ou sem estrado, por m² ou fracção, e por mês ou fracção . . . . .	3,00
2.3 — Com balanças, expositores, caixa de gelados, brinquedos mecânicos e equipamentos similares:	*
2.3.1 — Pela apreciação do processo. . . . .	27,31

## SECÇÃO II

### Feiras e Mercados Municipais

#### Artigo 7.º

##### Licenças pela ocupação de locais em mercados municipais

Pela atribuição e ocupação de locais de venda em mercados municipais, são devidas as seguintes taxas:

1 — Pela atribuição do local de venda de lojas, bancas e arrecadações. . . . .	6,64
2 — Pela ocupação em lojas, bancas e arrecadações em mercados municipais, por m² e por mês:	*
2.1 — Lojas e bancas. . . . .	22,17
2.2 — Arrecadações. . . . .	3,13
3 — Ocupação ocasional, por m² e por dia . . . . .	0,74

#### Artigo 8.º

##### Licenças pela ocupação de locais em feiras semanais

Pela atribuição e ocupação de locais de venda em feiras semanais, são devidas as seguintes taxas:

1 — Pela atribuição do local de venda. . . . .	6,64
2 — Pela ocupação fixa do local de venda, cobrar-se-ão as seguintes taxas, por m² e por mês, consoante a sua classificação:	*
2.1 — Nível I:	*
2.1.1 — Lojas. . . . .	6,22
2.1.2 — Locais de venda . . . . .	3,11
2.2 — Nível II:	*
2.2.1 — Lojas. . . . .	6,22
2.2.2 — Locais de venda . . . . .	2,96
3 — Ocupação ocasional, por m² e por dia:	*
3.1 — Nível I . . . . .	1,56
3.2 — Nível II . . . . .	1,11

	Em euros
Artigo 9.º	
<b>Emissão de cartões para o exercício de actividade</b>	
Pela emissão, renovação e segunda via de cartão para o exercício de actividades, são devidas as seguintes taxas	
1 — Emissão de cartão de agricultor e vendedor ambulante	9,66
2 — Renovação de cartão de agricultor e de vendedor ambulante	8,66
3 — 2.ª Via de cartão de agricultor e de vendedor ambulante	11,88
Artigo 10.º	
<b>Averbamentos</b>	
Transferência de locais de venda e outros averbamentos	9,29
Artigo 11.º	
<b>Venda por grosso</b>	
Pela atribuição dos locais de venda	6,64
Pela ocupação fixa do local de venda em feiras semanais na venda por grosso, cobrar-se-á a seguinte taxa, por m² e por mês.	3,11

### SECÇÃO III Trânsito, Estacionamento e Sinalização

Artigo 12.º	
<b>Táxis</b>	
Pelo licenciamento da actividade de táxi, são devidas as seguintes taxas:	
1 — Emissão da licença	679,73
2 — Averbamento da licença	41,85
3 — Substituição da licença	34,50

Artigo 13.º	
<b>Estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada</b>	
Pelo estacionamento efectuado em zonas de estacionamento de duração limitada, são devidas as seguintes taxas:	
1 — Utilização dos espaços de estacionamento com parcometros nas seguintes ruas: Serpa Pinto, Conselheiro Veloso da Cruz, General Torres, de Jau, Luís de Camões, Avenida Diogo Leite, Avenida Ramos Pinto e respectiva área delimitada pelas mesmas, das 00:00 horas às 24:00 horas, de segunda-feira a domingo, com um limite máximo de 2 horas, por hora e por lugar	0,80
2 — Utilização dos espaços de estacionamento, não indicados no número anterior, com parcometros, com um limite máximo de 2 horas, das 09:00 horas às 19:00 horas, efectuado em dias úteis, por hora e por lugar	0,70

*Nota.* — Sempre que o comprimento do veículo implique um lugar de estacionamento com uma extensão (L) superior a 6 m, serão cobrados os seguintes valores:

6 m < L ≤ 12 m — 2 lugares;  
12 m < L ≤ 18 m — 3 lugares.

Artigo 14.º	
<b>Estacionamento privativo em domínio público</b>	
Pelo estacionamento privativo em domínio público sujeito a um horário predefinido das 08:00 horas às 20:00 horas (doze horas diárias), serão cobradas as seguintes taxas referentes ao escalão I ou II consoante a respectiva localização:	*
1 — Escalão I (estacionamento efectuado em arruamento da zona interior à delimitada pelos seguintes arruamentos: IC1, IC2 (troço compreendido entre o IC1 e a Avenida da República) e a Avenida da República, bem como na Rua Rodrigues de Freitas, Rua Dionísio de Pinho, Rua Marciano de Azuaga, Alameda da Serra do Pilar, Rua 14 de Outubro, Rua de José Meneres, Rua de José Rocha, Rua de Macau, Rua de S — Tomé e Príncipe, Rua do Parque 1.º de Maio, Rua dos Combatentes, Rua de Joaquim Nicolau de Almeida, Rua de Conceição Fernandes, Rua de Soares dos Reis, Rua do Club dos Caçadores e Rua das Camélias):	*
1.1 — Por ano e por lugar	2 158,80
1.2 — Quando excedidas as 12 horas diárias, acresce por ano, por lugar e por hora	89,95

	Em euros
2 — Escalão II (estacionamento efectuado fora das zonas referidas no escalão I):	*
2.1 — Por ano e por lugar	720,49
2.2 — Quando excedidas as 12 horas diárias, acresce por ano, por lugar e por hora	30,02

*Nota 1.* — Quando a licença para utilização do parque privativo se iniciar durante o ano civil a taxa será reduzida na proporção dos meses que faltarem decorrer até ao fim do ano.

*Nota 2.* — Sempre que o comprimento do veículo implique um lugar de estacionamento com uma extensão (L) superior a 6 m, serão cobrados os seguintes valores:

6 m < L ≤ 12 m — 2 lugares;  
12 m < L ≤ 18 m — 3 lugares.

Artigo 15.º	
<b>Emissão de cartão de residente em zonas de estacionamento de duração limitada e sua utilização</b>	
Pela emissão de cartão de residente em zonas de estacionamento de duração limitada e pela sua utilização, por ano ou fracção, é devida a seguinte taxa	23,39

Artigo 16.º	
<b>Interrupção de trânsito e impedimento de estacionamento</b>	
Nos casos de interrupção de trânsito e impedimento de estacionamento, à ocupação do domínio público acrescem as seguintes taxas:	
1 — Interrupção de trânsito:	*
1.1 — Na área interior aos seguintes arruamentos (incluindo os mesmos): Avenida D — João II, VL9, Av — Vasco da Gama (ex- EN 222), Rua de Mariz, Rua do Monte da Virgem, Rua das Carvalheiras, Rua Escultor Alves de Sousa, Rua Heróis do Ultramar, Rua Salgueiro Maia (Capitão de Abril), Rua da Serpente, IC2, IC1, por dia ou fracção	71,25
1.2 — Na área interior aos seguintes arruamentos (incluindo os mesmos e excluindo os arruamentos mencionados no ponto 1): Rua Eng.º José Rocha e Melo, Rua dos Heróis da Pátria (ex- EN 109), Rua Oliva Teles, Rua do Clube de Futebol de S — Félix da Marinha, Rua de São Mamede, Rua Vinte e Cinco de Abril, Avenida Dr.ª Moreira de Sousa (EN1), Rua Cruz de Carrais, Rua de Fofim d' Aquém, Rua de Santa Marinha, Rua de Ponte Pereiro, EN 222, Rua Cinco de Outubro, Rua da Escola Central, Rua Miguel Bombarda, Rua do Paço, por dia ou fracção	59,60
1.3 — Nos arruamentos não referidos nos pontos 1.1 e 1.2.	43,05

2 — Pelo impedimento de estacionamento, em zonas de estacionamento de duração limitada, acresce por lugar ou fracção e por dia ou fracção	0,70
3 — Quando a sinalização for colocada pela Câmara, às taxas previstas para interrupção/condicionamento de trânsito e impedimento de estacionamento, acresce por sinal	30,50

Artigo 17.º	
<b>Bloqueamento, remoção e depósito de veículos</b>	
No que concerne ao bloqueamento de veículos, remoção de ciclomotores, de veículos ligeiros, bem como de veículos pesados, e ainda ao depósito de veículo, pelo período de 24 horas ou parte, regeirão as disposições legais em vigor para a matéria, cobrando-se as devidas taxas.	

## CAPÍTULO III

## Ambiente

## SECÇÃO I

## Ruído

## Artigo 18.º

## Licenças especiais de ruído

Pelo exercício de actividades ruidosas de carácter temporário a seguir discriminadas, são devidas as seguintes taxas:

1 — Pela emissão de licença para obra de construção civil	47,14
1.1 — À taxa anterior acresce, por hora ou fracção:	*
1.1.1 — Das 08:00 horas às 20:00 horas	22,00
1.1.2 — Das 20:00 horas às 23:00 horas	28,60
1.1.3 — Das 23:00 horas às 08:00 horas:	*
1.1.3.1 — Primeira hora	39,60
1.1.3.2 — Segunda hora	44,00
1.1.3.3 — Terceira hora e seguintes	59,40
2 — Pela emissão de licença para o exercício de actividade desportiva	37,78
2.1 — À taxa anterior acresce:	*
2.1.1 — Por cada dia útil ou fracção	30,00
2.1.2 — Sábados, domingos e feriados, por dia ou fracção	35,00
3 — Pela emissão de licença para a realização de eventos festivos diversos	37,78
3.1 — À taxa anterior acresce:	*
3.1.1 — Dias úteis, por hora ou fracção	7,00
3.1.2 — Sábados, domingos e feriados, por hora ou fracção	8,00
4 — Pela emissão de licença para o lançamento de foguetes e ou espectáculo de pirotecnia	37,78
4.1 — À taxa anterior acresce:	*
4.1.1 — No decurso dos eventos a que se refere o ponto 3 do presente artigo	Taxa Inicial acrescida de 25%
4.1.2 — Casos isolados, dissociados de outros eventos festivos, por dia ou fracção	120,00
5 — Funcionamento de emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros com emissão directa para a via pública e demais locais públicos	37,78
5.1 — À taxa anterior acresce, por dia	7,00
6 — Pela emissão de licenças para a realização de outros eventos aos quais seja exigível, nos termos da lei, a emissão de licença especial de ruído	37,78
6.1 — À taxa anterior acresce, por hora ou fracção:	*
6.1.1 — Das 08:00 horas às 23:00 horas	7,00
6.1.2 — Das 23:00 horas às 08:00 horas:	*
6.1.2.1 — Primeira hora	10,50
6.1.2.2 — Segunda hora	21,00
6.1.2.3 — Terceira hora e seguintes	35,00

## Artigo 19.º

## Ensaio e medições acústicas

Pela realização de ensaios e medições acústicas, a requerimento de entidades públicas ou privadas, são devidas as seguintes taxas:

1 — Avaliações de incomodidade acústica, em dias úteis, durante o período normal de trabalho	410,77
--	--------

Em euros

2 — Avaliações de incomodidade acústica, em período nocturno e aos sábados, domingos e feriados ou avaliação dos níveis de pressão sonora — critério de exposição máxima	461,91
3 — Avaliação dos índices de isolamento sonoro:	*
3.1 — Em paredes exteriores ( $D_{2m,nT,w}$ ), ou sons de condução aérea ( $D_{nT,w}$ ) ou sons de percussão ( $L'_{nT,w}$ )	275,36
3.2 — Sons de condução aérea ( $D_{nT,w}$ ) e sons de percussão ( $L'_{nT,w}$ )	413,25
4 — Determinação do nível sonoro produzido por equipamento	228,11
5 — Nível de potência sonora emitida por equipamento	265,55
6 — Determinação de tempos de reverberação	222,04
7 — Classificações acústicas:	*
7.1 — No exterior de um local (determinação de $L_{den}$ e $L_n$ )	646,18
7.2 — No exterior de uma zona (determinação de $L_{den}$ e $L_n$ )	840,23
8 — Relativamente ao previsto nos antecedentes pontos 1 e 2, quando houver necessidade de medições em locais extra	Taxa inicial prevista acrescida de 20%
9 — No que concerne ao previsto no ponto 3, por cada elemento extra	Taxa inicial prevista acrescida de 20%
10 — Medições e ensaios acústicos efectuados em estabelecimentos industriais	867,63
11 — Pela não realização dos ensaios acústicos, por razões imputáveis aos requerentes	15% do valor definido para o respectivo ensaio

Em euros

## SECÇÃO II

## Animais

## Artigo 20.º

## Recolha, captura e hospedagem de animais

Pela prestação dos serviços referidos no presente artigo, são devidas as seguintes taxas, por animal:

1 — Recepção de canídeos e felinos entregues pelos munícipes no canil para occisão	13,65
2 — Deslocação de viatura para recolha de animais em casas particulares:	*
2.1 — Animal já cadáver	18,10
2.2 — Animal para occisão	24,95
3 — Animais capturados na via pública e quando reclamados pelo detentor ou identificados por via electrónica	42,75
4 — Hospedagem de animais, por dia ou fracção	10,93

## Artigo 21.º

## Outros serviços

Pela prestação dos serviços referidos no presente artigo, são devidas as seguintes taxas:

1 — Vacinação de animais DHPPI+L, excepto anti-rábica:	*
1.1 — Felino	23,83
1.2 — Canídeo	22,58
2 — Desparasitação, por animal	8,54
3 — Esterilização e castração, por cada animal:	*
3.1 — Canídeos:	*
3.1.1 — Fêmeas esterilização:	*
3.1.1.1 — Até 10 kg	126,33
3.1.1.2 — Mais de 10 kg e até 20 kg	151,33
3.1.1.3 — Mais de 20 kg	176,33

	Em euros		Em euros
3.1.2 — Machos castração . . . . .	126,33	2 — Pela remoção de barracas, <i>stands</i> , ou outras construções instaladas no domínio público ou privado do Município, sem licença ou autorização da Câmara, bem como pelos trabalhos efectuados na via pública a pedido do munícipe ou em sua substituição, cobrar-se-á um valor correspondente ao dispendido pela Câmara em	Materiais, mão-de-obra, deslocações, acrescido de 20%
3.2 — Felinos:	*		
3.2.1 — Fêmeas esterilização . . . . .	113,83		
3.2.2 — Machos castração . . . . .	51,33		
<b>SECÇÃO III</b>			
<b>Limpeza, espaços verdes e danos no património</b>			
Artigo 22.º			
<b>Limpeza urbana</b>			
Pela prestação de serviços referidos no presente artigo, são devidas as seguintes taxas:			
1 — Desmatção e limpeza de terrenos insalubres e ou em risco de incêndio:	*	3 — Sempre que se verifiquem danos em bens do património municipal, arrecadar-se-á uma receita correspondente ao valor despendido pela Câmara em. . . . .	Materiais, mão-de-obra e deslocações, acrescido de 20%
1.1 — Taxa fixa de avaliação . . . . .	70,99		
1.2 — Taxa de intervenção:	*		
1.2.1 — Quando cobrada por m <sup>2</sup> . . . . .	2,21	Artigo 24.º	
1.2.2 — Quando cobrada por hora . . . . .	73,40	<b>Prejuízos em espaços verdes e património municipal</b>	
2 — Poda ou abate de árvores em situação de risco, infringindo os Regulamentos Municipais e demais legislação em vigor, por unidade:	*	Quando a produção de danos ocorra em espaços verdes ou nos seus equipamentos, independentemente de eventual indemnização civil a que haja lugar, são devidas as seguintes taxas à Câmara Municipal:	
2.1 — Taxa fixa de avaliação . . . . .	70,99	1 — Por dano provocado em árvore ou arbusto que não implique o seu abate/substituição, por unidade . . . . .	72,81 + VNG
2.2 — Árvore até 15 metros de altura (aap) . . . . .	136,43	2 — Por dano provocado em árvore ou arbusto que implique o seu abate/substituição, por unidade . . . . .	72,81 + VNG
2.3 — Árvore com mais de 15 metros de altura . . . . .	484,78	3 — Por dano que implique a reparação de relvado, por m <sup>2</sup> . . . . .	14,80
3 — Limpeza de montureiras e descargas selvagens de resíduos, por m <sup>3</sup> ou fracção . . . . .	29,86	4 — Por dano que implique a reparação de canteiro, por m <sup>2</sup> . . . . .	32,08
4 — Transporte a destino final de resíduos, por tonelada ou fracção . . . . .	43,22	5 — Por dano que implique a substituição do sistema de tutoragem, por tutor, a reparação em sistemas de rega com a substituição de alguns dos seus componentes e a reparação em parques infantis com a substituição de alguns dos seus componentes. . . . .	(7,42 € + CM) + (tr × 21,42 €)
5 — Utilização de equipamento e serviços, por unidade e por hora:	*	6 — Sempre que se verifiquem danos em bens do património municipal, arrecadar-se-á uma receita correspondente ao valor despendido pela Câmara em. . . . .	Materiais, mão-de-obra e deslocações, acrescido de 20%
5.1 — Viatura de recolha de resíduos . . . . .	31,91		
5.2 — Viatura de lavagem de contentores . . . . .	40,01		
5.3 — Viatura de varredura e aspiração . . . . .	41,14		
5.4 — Viatura pesada de carga com ou sem grua . . . . .	15,28		
5.5 — Viatura ligeira com ou sem grua . . . . .	2,75		
5.6 — Máquina retro escavadora . . . . .	30,25		
5.7 — Tractor agrícola com atrelado . . . . .	24,14		
5.8 — Viatura equipada com máquina de limpeza pressurizada, para limpeza de graffitis, pavimentos e outros trabalhos similares . . . . .	25,35		
5.9 — Assistente Operacional . . . . .	6,83		
6 — Utilização de equipamento, por unidade e dia:	*		
6.1 — Papeleiras . . . . .	2,63		
6.2 — Contentor de 120 litros . . . . .	3,32		
6.3 — Contentor de 240 litros . . . . .	4,71		
6.4 — Contentor de 360 litros . . . . .	6,12		
6.5 — Contentor de 750/800 litros . . . . .	9,15		
6.6 — Caixa de 15 m <sup>3</sup> . . . . .	31,61		
6.7 — Caixa de 20 m <sup>3</sup> . . . . .	33,41		
7 — Remoção de resíduos equiparados a domésticos, industriais e ou comércio, por contentor:	*		
7.1 — Contentor de 120 litros . . . . .	1,48		
7.2 — Contentor de 240 litros . . . . .	2,95		
7.3 — Contentor de 360 litros . . . . .	4,42		
7.4 — Contentor de 750/800 litros . . . . .	9,82		
8 — Remoção de resíduos de jardins e ou objectos volumosos fora de uso, a solicitação dos particulares:	*		
8.1 — Pelo primeiro m <sup>3</sup> . . . . .	Gratuito		
8.2 — Por cada m <sup>3</sup> seguinte ou fracção . . . . .	13,79		
Artigo 23.º			
<b>Serviço de remoção de objectos colocados ilegalmente e trabalhos na via pública</b>			
1 — Pelo serviço de remoção de anúncios e reclamos colocados ilegalmente na via pública ou nas fachadas dos prédios ou em locais visíveis da via pública . . . . .	Materiais, mão-de-obra e deslocações, acrescido de 20%	1 — Veículo com meios elevatórios (V.E.) . . . . .	237,04
		2 — Veículo de Socorro e Combate a Incêndios:	*
		2.1 — V.U.C.I. . . . .	125,50
		2.2 — V.F.C.I. . . . .	101,26
		2.3 — V.L.C.I. . . . .	77,22
		3 — Veículo de Apoio Logístico e Op — Específicas (V.E.T.A. — V.A.M.E. — V.O.P.E):	*
		3.1 — V.E.T.A. . . . .	70,51
		3.2 — V.A.M.E. . . . .	82,53
		3.3 — V.O.P.E. . . . .	46,47
		4 — Veículo de Apoio Logístico (V.T.T.U.) . . . . .	42,42
		5 — Veículos Técnicos de Socorro e Assistência (V.S. A.E.)	73,95

Em euros

## Artigo 26.º

## Outros serviços

1 — Abertura de portas, vedações e semelhantes sem emergência por hora ou fracção:	*
1.1 — Deslocação sem abertura:	*
1.1.1 — Entre as 08:00 horas e as 24:00 horas . . .	46,47
1.1.2 — Entre as 24:00 horas e as 08:00 horas . . .	87,07
1.2 — Deslocação com abertura:	*
1.2.1 — Entre as 08:00 horas e as 24:00 horas . . .	87,07
1.2.2 — Entre as 24:00 horas e as 08:00 horas . . .	115,65
2 — Ligação de sistema de detecção de incêndios à Central da CBS, por cada e por mês. . . . .	42,11
3 — Por cada saída do piquete de reconhecimento, em falso alarme . . . . .	113,48
4 — Transporte em ambulância, por hora ou fracção:	*
4.1 — Transporte de interesse público, de doentes ou feridos, sinistrados na via pública, indigentes, e pessoas singulares, em caso de insuficiência económica demonstrada, ou quando requisitado por qualquer autoridade ou seu agente . . . . .	Gratuito
4.2 — Particular urgente, em situação de doença ou acidente . . . . .	44,66
4.3 — Companhias de seguro, Serviços de Saúde e Outras Instituições . . . . .	51,66
5 — Transladação de cadáveres, quando a pedido por entidade competente, por hora ou fracção . . . . .	46,47
5.1 — Saco para transladação de cadáveres, por cada	10,00
6 — Serviços de lavagem de estradas, independentemente da entidade requerente:	*
6.1 — Nos casos de interesse público . . . . .	Gratuito
6.2 — Nos restantes casos, por hora ou fracção . . . .	89,44
7 — Prestação de serviços de vistorias, no cumprimento da legislação em vigor, para avaliação da segurança na sequência de reclamações e requerimentos de entidades públicas e privadas, em edifícios de habitação, comerciais, industriais e no âmbito da C.M.D.F.C.I — e outros, por hora ou fracção . . . . .	51,71
8 — Prestação de serviços na prevenção, nomeadamente, em eventos, festas e lançamento de fogo-de-artifício, por hora ou fracção . . . . .	113,48
9 — Prestação de serviços na prevenção de eventos de carácter desportivo promovidas por Estabelecimento de Ensino . . . . .	44,66
10 — Acções de formação ministradas a empresas e outras instituições, nas instalações do S.B.P.C.: . . . . .	*
10.1 — Curso de Primeiros Socorros, 21 horas, com o máximo de 12 formandos. . . . .	1 613,83
10.2 — Curso de Sensibilização com Extintores e Linhas de Água, 7 horas, com o máximo de 12 formandos	875,79
10.3 — Curso de Equipas de Primeira Intervenção, 14 horas, com o máximo de 12 formandos. . . . .	1 749,53
10.4 — Curso de Brigadas de Incêndio, 21 horas, com o máximo de 12 formandos . . . . .	2 248,63
11 — Licença para a realização de fogueiras e queimadas . . . . .	48,59
12 — Outras prestações de serviços, por hora ou fracção	54,44

Nota 1. — Quando a taxa é cobrada por hora ou fracção contabiliza-se o período que medeia desde a saída do quartel até ao respectivo regresso.

Nota 2. — As taxas previstas para o serviço de lavagem de estradas acrescem as taxas previstas pela utilização de material.

Nota 3. — Caso as acções de formação a que se refere no ponto 10 sejam ministradas fora das instalações do S.B.P.C — a taxa será agravada em 50 %.

Em euros

## CAPÍTULO V

## Polícia Municipal

## Artigo 27.º

## Prestação de serviços pela Polícia Municipal

Sempre que sejam efectuadas prestações de serviços pela Polícia Municipal, são devidas as seguintes taxas, por hora:

1 — Técnicos Superiores de Polícia e Graduados das Forças de Segurança a prestarem serviço na Polícia Municipal:	*
1.1 — Serviço de interesse público . . . . .	14,55
1.2 — Outros Serviços . . . . .	18,11
2 — Agentes:	*
2.1 — Serviço de interesse público . . . . .	8,11
2.2 — Outros Serviços . . . . .	10,05
3 — Utilização de viaturas policiais:	*
3.1 — Moto, por hora ou fracção. . . . .	2,00
3.2 — Viatura ligeira, por hora ou fracção . . . . .	4,12
3.3 — Viatura especial reboque, com tripulação, por hora ou fracção . . . . .	50,00

## CAPÍTULO VI

## Taxas diversas

## SECÇÃO I

## Actividades diversas

## Artigo 28.º

**Actividades previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25.11 e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro**

Pela realização das actividades previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25.11 e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, são devidas as seguintes taxas:

1 — Licença de guarda-nocturno, venda ambulante de lotarias e arrumadores automóveis. . . . .	16,50
2 — Realização de acampamentos ocasionais, por dia	16,50
3 — Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão:	*
3.1 — Licença de exploração anual, por cada máquina. . . . .	125,60
3.2 — Licença de exploração semestral, por cada máquina. . . . .	75,60
3.3 — Registo de máquinas, por cada máquina. . . .	113,63
3.4 — Averbamento por transferência de propriedade, por cada máquina . . . . .	15,96
4 — Licença para a realização de provas desportivas, ar-raiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	34,64
5 — Licença para a venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda . . . . .	30,31
6 — Licença para a realização de leilões. . . . .	16,22

## SECÇÃO II

## Utilização de viaturas e bens do município

## Artigo 29.º

## Utilização de viaturas municipais

Sempre que uma entidade externa à Câmara Municipal solicite a cedência de viatura municipal, são devidas as seguintes taxas:

1 — Por quilómetro:	*
1.1 — Autocarros . . . . .	0,81
1.2 — Outras viaturas . . . . .	0,40

	Em euros
2 — Por hora e por motorista: . . . . .	*
2.1 — Em dias úteis . . . . .	6,83
2.2 — Sábados, domingos e feriados . . . . .	13,66

## Artigo 30.º

**Utilização de bens municipais**

Pelo transporte, colocação e ou montagem e cedência de bens municipais, são devidas as seguintes taxas:

1 — Transporte, cedência e colocação de grades: . . . . .	*
1.1. — Até 25 unidades . . . . .	40,36
1.2 — Mais de 25 unidades . . . . .	80,76
2 — Transporte, montagem e cedência de palcos: . . . . .	*
2.1 — Transporte e montagem, por unidade . . . . .	82,72
2.2 — Cedência, por unidade e por dia . . . . .	5,59

## Artigo 31.º

**Guarda e depósito de bens**

Pelo transporte, guarda e ou depósito de mobiliário, utensílios e outros, em local reservado do Município, são devidas as seguintes taxas:

1 — Transporte de mobiliário e utensílios, por cada 6 m <sup>3</sup> de bens . . . . .	40,00
2 — Guarda e ou depósito de mobiliário, utensílios e outros, por cada m <sup>2</sup> que ocupar e por dia . . . . .	0,20
3 — Veículos completos ou incompletos, incluindo os removidos da via pública, por veículo e por dia ou fracção . . . . .	Valor fixado por portaria

## Artigo 32.º

**Cedência do Auditório da Assembleia Municipal**

Pela cedência do auditório da assembleia municipal, são devidas as seguintes taxas, por hora:

1 — Em dias úteis: . . . . .	*
1.1 — Das 9:00 horas às 17:30 horas . . . . .	34,49
1.2 — Das 17:30 horas às 9:00 horas . . . . .	58,84
2 — Sábados, domingos e feriados . . . . .	58,84

## SECÇÃO III

**Outras taxas**

## Artigo 33.º

**Registo de cidadãos da União Europeia**

1 — Pelo registo de cidadão da União Europeia são devidas as seguintes taxas, previstas na Portaria n.º 1637/2006, de 17 de Outubro: . . . . .	*
1.1 — Emissão de certificado . . . . .	3,50
1.2 — Documento de residência permanente de cidadão da União Europeia . . . . .	3,50
1.3 — Cartão de residência de familiar de cidadão da União Europeia . . . . .	3,50
2 — Pela emissão de segundas vias dos documentos referidos no ponto 1 . . . . .	3,75
3 — É gratuita a primeira emissão do certificado do documento de residência permanente ou do cartão de residente a menores de 18 anos, ao abrigo das disposições legais da Portaria n.º 1367/2006, de 17 de Outubro. . . . .	*

## Artigo 34.º

**Comissão Municipal Arbitral**

1 — Determinação do coeficiente de conservação . . . . .	1 UC
2 — Definição das obras necessárias para obtenção de nível de conservação superior . . . . .	1/2 UC
3 — Quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira . . . . .	1/4 UC
4 — Submissão de um litígio à CAM . . . . .	1 UC

## CAPÍTULO VII

**Publicidade e identificação**

## SECÇÃO I

## Artigo 35.º

**Letreiros, tabuletas e frisos**

Pela emissão de licença para Identificação em letreiro, tabuletas, friso, luminosos ou directamente iluminados, cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação do processo. . . . .	20,00
2 — Acresce por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano: . . . . .	*
2.1 — Quando localizados em fachadas de rés-do-chão, ou em suporte próprio: . . . . .	*
2.1.1 — Letreiros com fundo . . . . .	12,57
2.1.2 — Letreiros compostos por letras soltas sem fundo . . . . .	8,02
2.2 — Quando localizados nos pisos superiores, no coroamento, na cobertura ou empenas: . . . . .	*
2.2.1 — Letreiros com fundo . . . . .	40,00
2.2.2 — Letreiros compostos por letras soltas sem fundo . . . . .	20,05
2.3 — Quando localizados nas fachadas do rés-do-chão, ou em suporte próprio: . . . . .	*
2.3.1 — Letreiros com fundo . . . . .	10,84
2.3.2 — Letreiros compostos por letras soltas sem fundo . . . . .	7,48
2.4 — Quando localizados nos pisos superiores, no coroamento, na cobertura ou empenas: . . . . .	*
2.4.1 — Letreiros com fundo . . . . .	26,45
2.4.2 — Letreiros compostos por letras soltas sem fundo . . . . .	14,96

3 — Caso seja prevista publicidade, acresce aos valores definidos nos números anteriores, por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano . . . . .	76,50
4 — Frisos complementares luminosos ou não e que não entrem na sua medição, por metro linear ou fracção e por ano . . . . .	7,16
5 — Letreiros colocados em instalações temporárias por m <sup>2</sup> e por mês . . . . .	1/10 dos valores

## Artigo 36.º

**Totens**

Pela emissão de licença para totens, cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação do processo . . . . .	20,00
2 — Acresce por m <sup>2</sup> ou fracção, por ano e por altura medida ao solo: . . . . .	*
2.1 — Para Identificação, se luminosos ou directamente iluminados: . . . . .	*
2.1.1 — Altura inferior a 5,00m . . . . .	15,01
2.1.2 — Altura superior a 5,00m . . . . .	23,05
2.2 — Para Identificação, não luminosos: . . . . .	*
2.2.1 — Altura inferior a 5,00m . . . . .	13,17
2.2.2 — Altura superior a 5,00m . . . . .	20,02



	Em euros		Em euros
3 — Caso seja prevista publicidade, acresce aos valores definidos nos números anteriores, por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano	76,50	2.2 — Para publicidade:	*
		2.2.1 — Não ocupando a via pública	32,47
		2.2.2 — Ocupando a via pública	42,03
<b>Artigo 37.º</b>		<i>Nota.</i> — Para suportes temporários com duração igual ou inferior a um mês a taxa a aplicável é reduzida para um terço do seu valor.	
<b>Placas</b>		<b>Artigo 42.º</b>	
Pela emissão de licença para placas, cobrar-se-ão as seguintes taxas:		<b>Telas</b>	
1 — Pela apreciação do processo	20,00	Pela emissão de licença para telas, cobrar-se-ão as seguintes taxas:	
2 — Acresce por ano:		1 — Pela apreciação do processo	54,63
2.1 — Para identificação	12,06	2 — Acresce por m <sup>2</sup> ou fracção e por trimestre:	*
2.2 — Para publicidade	45,00	2.1 — Identificação em lonas, compostas por material flexível e aplicável em fachadas, empenas ou muros	10,59
<b>Artigo 38.º</b>		2.2 — Mensagens de publicidade em lonas, compostas por material flexível e aplicável em fachadas, empenas ou muros	21,07
<b>Pictogramas</b>		<b>Artigo 43.º</b>	
Pela emissão de licença para pictogramas, cobrar-se-ão as seguintes taxas:		<b>Publicidade em painéis</b>	
1 — Pela apreciação do processo	20,00	Pela emissão de licença para publicidade em painéis, cobrar-se-ão as seguintes taxas:	
2 — Por todas as inscrições ou colagens aplicadas em paredes, vitrinas, montras, expositores e semelhantes em local visível da via pública, para Identificação, com fundos figurativos e manchas de cor, acresce por ano:	*	1 — Pela apreciação do processo	54,63
2.1 — Por vãos inferiores a 2,50 m <sup>2</sup>	15,00	2 — Acresce por m <sup>2</sup> e por trimestre:	*
2.2 — Por vãos de 2,50 m <sup>2</sup> até a 4,00 m <sup>2</sup>	25,05	2.1 — Painéis estáticos:	*
2.3 — Por vãos acima de 4,00 m <sup>2</sup> por m <sup>2</sup>	10,19	2.1.1 — Não ocupando a via pública	34,96
3 — Por todas as inscrições ou colagens aplicadas em paredes, vitrinas, montras, expositores e semelhantes em local visível da via pública, para Publicidade, acresce por m <sup>2</sup> e por ano	45,00	2.1.2 — Ocupando a via pública	50,05
<b>Artigo 39.º</b>		2.2 — Painéis rotativos:	*
<b>Toldos</b>		2.2.1 — Não ocupando a via pública	70,17
Pela emissão de licença para toldos, cobrar-se-ão as seguintes taxas:		2.2.2 — Ocupando a via pública	100,10
1 — Pela apreciação do processo	20,00	2.3 — Quando instalados no local onde é exercida a actividade:	*
2 — Acresce por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano:	*	2.3.1 — Painéis estáticos não ocupando a via pública	25,15
2.1 — Para identificação	10,17	2.3.2 — Painéis rotativos não ocupando a via pública	50,05
2.2 — Para publicidade	45,00	2.4 — Painéis electrónicos:	*
<i>Nota.</i> — Quando exista um pedido para instalação de um toldo em domínio público, previsto no n.º 2 do artigo 5.º da presente Tabela, e, simultaneamente, o mesmo tenha identificação ou publicidade, aplicar-se-á a taxa de valor mais elevado.		2.4.1 — Não ocupando a via pública	100,10
<b>Artigo 40.º</b>		2.4.2 — Ocupando a via pública	150,15
<b>Suportes electrónicos</b>		2.5 — Pela placa identificadora do painel	5,00
Pela emissão de licença para suportes electrónicos, sistemas de vídeo ou similares, cobrar-se-ão as seguintes taxas:		<i>Nota.</i> — Para painéis temporários com duração igual ou inferior a um mês a taxa a aplicável é reduzida para um terço do seu valor.	
1 — Pela apreciação do processo	54,63	<b>Artigo 44.º</b>	
2 — Quando se trate de publicidade electrónica computadorizada, sistemas de vídeo ou similares, e se instalados no local onde é exercida a actividade, acresce por m <sup>2</sup> e por ano	80,04	<b>Publicidade em painéis monoposte de pequenas e média dimensões</b>	
<b>Artigo 41.º</b>		Pela emissão de licença para publicidade efectuada em painéis monoposte de pequenas dimensões, cobrar-se-ão as seguintes taxas:	
<b>Bandeiras, bandeirolas e pendões</b>		1 — Pela apreciação de processo de cada painel	54,63
Pela emissão de licença para bandeiras e semelhantes, cobrar-se-ão as seguintes taxas:		2 — Quando se trate de de painéis monoposte inferiores a 5 m <sup>2</sup> / por face, acresce por m <sup>2</sup> e por trimestre:	*
1 — Pela apreciação do processo	20,00	2.1 — Não ocupando a via pública	60,07
2 — Acresce por m <sup>2</sup> e por trimestre:	*	2.2 — Ocupando a via pública	90,01
2.1 — Para identificação:	*	3 — Quando se trate de painéis monoposte maiores ou iguais 5 m <sup>2</sup> até 12 m <sup>2</sup> , acresce por face e por trimestre:	*
2.1.1 — Não ocupando a via pública	9,02	3.1 — Não ocupando a via pública	40,16
2.1.2 — Ocupando a via pública	27,06	3.2 — Ocupando a via pública	60,07

Em euros

Em euros

## Artigo 45.º

**Publicidade em MUPI**

Pela emissão de licença para publicidade efectuada em MUPIs, cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação de processo	54,63
2 — Quando se inclua informação diversa, como por exemplo relógio ou termómetro, acresce por m <sup>2</sup> ou fracção e por trimestre:	*
2.1 — Não ocupando a via pública	35,02
2.2 — Ocupando a via pública	50,00

## Artigo 46.º

**Cartazes e semelhantes**

Pela apreciação e emissão de licença para cartazes de papel ou tela por cada 100 unidades e por mês e projecção de imagens em locais expressamente permitidos para esse efeito, por m<sup>2</sup> e por mês:

36,09

## Artigo 47.º

**Suportes relativos a venda e arrendamento**

Pela apreciação e emissão de licença para suportes relativos a venda e ou arrendamento, colocados nos vãos cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Por unidade e por trimestre	6,09
---------------------------------	------

## Artigo 48.º

**Direccionadores**

Pela emissão de licença para colocação de direccionadores, cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação de processo	20,00
2 — Acrescem, ao número anterior as seguintes taxas:	*
2.1 — Quando se trate de direccionadores destinados a actividades de interesse publico, enquadráveis no DR 22-A/98, de 1 de Outubro e no DR 41/2002, de 20 de Agosto, por suporte e por ano	50,02
2.2 — Quando se trate de direccionadores com mensagens de publicidade ou contenham denominação social, comercial ou logótipos (suporte modelo exclusivo), por suporte e por mês	78,03

## Artigo 49.º

**Inscrições em veículos**

Pela emissão de licença para inscrições em veículos, cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação de processo	20,00
2 — Quando se trate de inscrições de identificação, acresce por veículo e por ano:	*
2.1 — Em ciclomoteres e motociclos	28,05
2.2 — Em veículos ligeiros e mistos	65,06
2.3 — Em veículos pesados de passageiros ou mercadorias, reboques e semi-reboques	100,09
2.4 — Em frota de veículos ligeiros, a partir do quinto veículo	53,08
2.5 — Em frota de veículos pesados de passageiros ou mercadorias, reboques e semi-reboques, a partir do quinto veículo.	80,07
3 — Quando se trate de inscrições de publicidade, acresce por veículo, reboque e semi-reboque, por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano, a seguinte taxa.	70,22
4 — Quando se trate de exibição transitória de publicidade em viaturas, meios aéreos ou outros, acresce a seguinte taxa, por dia e por m <sup>2</sup> ou fracção	5,51

## Artigo 50.º

**Insufláveis e meios aéreos**

Pela emissão de licença de publicidade e identificação colocada em insufláveis e em meios aéreos cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação de processo	20,00
2 — Acresce por m <sup>2</sup> e por dia:	*
2.1 — Não ocupando a via pública	3,03
2.2 — Ocupando a via pública.	6,06

## Artigo 51.º

**Mensagens sonoras**

Pela emissão de licença para divulgação de mensagens sonoras, cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação de processo	20,00
2 — Quando se trate de publicidade em aparelhos de rádio ou televisão, altifalantes ou outros aparelhos sonoros fazendo emissões directas, na ou para a via pública, acresce por dia ou fracção	19,32

## Artigo 52.º

**Ações promocionais**

Pela emissão de licença para ações promocionais, cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação de processo	20,00
2 — Acrescem as seguintes taxas:	*
2.1 — Distribuição de panfletos, por dia e por local	105,20
2.2 — Distribuição de produtos, por dia e por local	53,03
2.3 — Banca promocional ou similar, por dia e por m <sup>2</sup>	37,08
2.4 — Promotores com exibição de mensagens publicitárias por unidade e por dia	5,09
2.5 — Outras ações promocionais por dia e m <sup>2</sup>	35,00

## Artigo 53.º

**Outros suportes de identificação e publicidade**

Pela emissão de licença para outros suportes de identificação e publicidade, cobrar-se-ão as seguintes taxas:

1 — Pela apreciação de processo	20,00
2 — Quando se trate de instalação de guarda-sóis, guarda-ventos e similares ou outros suportes não previstos nos quadros anteriores e destinados exclusivamente a actividades de identificação, quando mensurável em superfície, acresce por m <sup>2</sup> ou fracção:	*
2.1 — Por mês	1,57
2.2 — Por ano	6,51
3 — Quando se trate de instalação de guarda-sóis, guarda-ventos e similares, ou outros suportes não previstos nos quadros anteriores e destinados exclusivamente a actividades publicitárias, quando mensurável em superfície, acresce por m <sup>2</sup> ou fracção:	*
3.1 — Por mês	3,17
3.2 — Por ano	18,00
4 — Quando se trate de publicidade ou identificação em peças de mobiliário, acresce por unidade:	*
4.1 — Por mês	1,57
4.2 — Por ano	9,02

*Nota.* — Quando exista um pedido para instalação de guarda-sóis, guarda-ventos e similares em domínio público, previsto no n.º 2.2.4 do artigo 6.º da presente Tabela, e, simultaneamente, o mesmo tenha identificação ou publicidade, aplicar-se-á a taxa de valor mais elevado.

## Artigo 54.º

**Alterações e averbamentos**

1 — Pela alteração da mensagem publicitária, por cada suporte	11,18
2 — Pelo averbamento de substituição de titular da licença de publicidade ou de viatura	8,00
3 — Pela alteração da denominação social	5,10

*Nota.* — O valor da taxa mencionado nos pontos 2 e 3 não pode ser superior a 50% do valor da taxa do respectivo licenciamento.

## Artigo 55.º

**Publicidade e Identificação Instalada**

Nos casos previstos no artigo 15.º, n.º 2, do Regulamento de Publicidade e de Defesa da Paisagem, é devida a taxa prevista para cada licenciamento, acrescida de 25%.

202472374